

Hellen Balbinotti Costa

FINANCEIRIZAÇÃO E O NEGÓCIO DA FORMAÇÃO DOCENTE

Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Pedagogia do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Jocemara Triches

Coorientadora: Profa. Dra. Olinda Evangelista

Florianópolis
2017

Hellen Balbinotti Costa

FINANCEIRIZAÇÃO E O NEGÓCIO DA FORMAÇÃO DOCENTE

Este trabalho de conclusão de curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “licenciada em Pedagogia” e, aprovado em sua forma final pelo Curso de Pedagogia.

Florianópolis, 27 de junho de 2017.

Prof.^a.Dr.^a. Patrícia Laura Torriglia
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Jocemara Triches (Orientadora)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Olinda Evangelista (Coorientadora)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a. Dr.^a. Rosalba M. C. Garcia (Examinadora)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Me. Allan Kenji Seki (Examinador)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a. Ma. Renata Lucia Baptista Flores (Suplente)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dedico esta pesquisa a todas as trabalhadoras e
trabalhadores da escola pública.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, sempre agradecerei aos meus pais Cláudia e José pela preparação para a vida. Não é fácil entrar na universidade e lidar com esse universo de contradições sem sentir vontade de deitar na posição fetal e chorar até dormir. Vocês me prepararam bem, eu não seria muita coisa se não fosse vocês. Meu amor é imenso!

Em segundo lugar, agradeço à professora Olinda Evangelista. Palavras não são suficientes para expressar o sentimento de gratidão. Obrigada por mostrar que posso ser pesquisadora. Obrigada por todas as trocas, pelas orientações, pelas gargalhadas e por todo amor que construímos ao longo de nossa caminhada juntas. Você é incrível!

Esse trabalho de conclusão de curso não seria possível sem a orientação da professora Jocemara Triches, que conheci como amiga e gentilmente passou a ocupar o lugar de professora e orientadora. E ao camarada e amigo Artur de Souza Gomes que com muita gentileza colaborou com minha coleta de dados, obrigada pelo aprendizado.

Sou grata a todas as pessoas que passaram na minha vida durante essa caminhada, bem como a todas as professoras e professores, principalmente os “de luta”. Com cada um eu aprendi alguma coisa e isso me faz ser quem sou hoje, depois desses seis anos de UFSC. Imensa gratidão aos técnicos administrativos em educação e trabalhadores terceirizados que movem esta universidade.

Enquanto militante, agradeço imensamente desde o primeiro dia em que pisei no Centro Acadêmico Livre de Pedagogia, o CALPe. Só quem esteve ali sabe o que é sentir carinho por essa entidade estudantil e tudo o que ela significa em nossas vidas. É difícil desprender. Agradeço a todas as pessoas que ali militaram comigo. Construímos uma greve estudantil em prol de uma pauta histórica no nosso Centro, a reforma do bloco A do CED (2015); construímos as greves lado a lado aos professores; ocupamos o CED contra a reforma do ensino médio e todos os retrocessos de um governo ilegítimo (2016). O aprendizado foi grande!

Agradeço, especialmente, ao Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (Gepeto) de onde surgiu essa pesquisa e iniciei minha trajetória como pesquisadora, bem como todos que passaram por ali e acrescentaram na minha formação acadêmica.

Agradeço ao Coletivo Jornalístico UFSC à Esquerda, do qual fiz parte durante um ano e que muito acrescentou na minha formação política.

Agradeço de peito estufado às camaradas do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, pela acolhida, pelas trocas, pela luta diária, pelas barricadas. FIRME!

Mujer bonita és la que lucha – Thais, Ana Clara, Laís, Marina, Ana Flávia, Fran, Gabi, Carol, Jéssica, Vanessa, Maria, Juliana, Naiara, Aline, Luciana, Renata, Mariza, vocês são muitas e eu amo todas!

Aos meninos, meu sincero carinho: Vitor, Eduardo, Danilo, Kévin, Jhoni, Luis, Gabriel, Alexandre, Davi, Antonio.

Ao meu companheiro Mariano: *Por ti, todo lo que hago lo hago por ti. Es que tu me sacas lo mejor de mi.* (Muerte em Hawai, Calle 13, 2010).

Por fim, agradeço à UFSC por todas as possibilidades de aprendizado, principalmente aqueles advindos das contradições materiais.

*Duas coisas bem distintas
Uma é o preço, outra é o valor
Quem não entende a diferença
Pouco saberá do amor
Da vida, da dor, da glória
E tampouco dessa história
Memória de cantador
(O encontro de Lampião com Eike Batista – El Efecto, 2012)*

RESUMO

Neste trabalho debatemos o processo de financeirização no campo educacional com ênfase na formação de professores no Brasil, tornada um grande negócio. Diferente do que aparenta, a financeirização é uma estruturação político-econômica que comporta a privatização, portanto, esta expressa o fenômeno da financeirização, não sendo uma “continuidade” ou “complexificação” da privatização. A financeirização é a mercadorização do próprio dinheiro, vende-se dinheiro para gerar capital. O seu avanço no campo educacional é visível no exponencial disparo do número de matrículas na educação superior no decorrer dos últimos anos, particularmente no âmbito das licenciaturas. De outro lado, esse crescimento tem demonstrado suas relações com o mercado internacional que, após 2007, vem investindo na área de modo progressivo. Tomamos para estudo a Kroton Educacional, cuja entrada na Bolsa de Valores, desde 2007, a conduziu ao patamar de maior empresa no Brasil na oferta de ensino superior. Verticalizamos a análise em uma de suas mantenedoras, a Universidade Norte do Paraná, Instituição de Ensino Superior particular com maior número de matrículas na modalidade de ensino a distância atualmente, com destaque na área de formação de professores no curso de Licenciatura em Pedagogia.

Palavras-chave: Financeirização da Educação. Kroton Educacional. Universidade Norte do Paraná. Formação de Professores. Curso de Licenciatura em Pedagogia.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1– Quantidade de alunos matriculados em cursos de ensino superior, na modalidade de ensino a distância, por mantenedoras da categoria administrativa com fins lucrativos atuantes no Brasil – 2015.....38
- Gráfico 2 – Quantidade de alunos matriculados em cursos de ensino superior da Unopar, por modalidade de ensino – 2015.....39
- Gráfico 3 – Quantidade de alunos matriculados em cursos de ensino superior da Unopar, por grau acadêmico e modalidade de ensino – 2015.....40
- Gráfico 4 – Quantidade de alunos matriculados no curso de ensino superior de Pedagogia da Unopar, na modalidade EaD, por Estados e Distrito Federal – 2015.....42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
- BM – Banco Mundial
- CVM – Comissão de Valores Mobiliários
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- EaD – Educação a Distância
- Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica
- FAMA – Faculdade de Mauá
- FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
- IES – Instituição de Ensino Superior
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Legislação e Documentos
- LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LFG – Luis Flávio Gomes
- MEC – Ministério da Educação
- OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
- OM – Organismos Multilaterais
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- OPA – Oferta Pública de Ações
- PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
- PE – *Private Equity*
- PROUNI – Programa Universidade para Todos
- TIC – Tecnologias da Informação
- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- Unic – Universidade de Cuiabá
- Unime – Universidade Metropolitana de Educação e Cultura
- Uniderp – Universidade do Desenvolvimento Regional do Pantanal
- Unopar – Universidade Norte do Paraná

SciELO – *Scientific Eletronic Library Online*

SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVOS.....	13
1.1.1 Objetivo Geral.....	13
1.1.2 Objetivos Específicos:.....	13
1.2 MATERIAL E MÉTODO.....	14
1.3 ESTRUTURA DO TEXTO	15
2 A FINANCEIRIZAÇÃO EM DEBATE.....	16
2.1 O FENÔMENO DA FINANCEIRIZAÇÃO NA LITERATURA	16
2.2 A FINANCEIRIZAÇÃO NO CAMPO EDUCACIONAL.....	22
3 KROTON E UNOPAR: UM ESTUDO DA FINANCEIRIZAÇÃO NO CAMPO EDUCACIONAL	28
3.1 KROTON EDUCACIONAL – UMA EXPRESSÃO DA FINANCEIRIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR.....	30
3.2 A UNOPAR E A FORMAÇÃO DOCENTE	34
3.2.10 que revelam os dados da Unopar	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE A – Dados quantitativos sobre instituições de ensino superior no Brasil, com fins lucrativos.....	51
APÊNDICE B – Dados quantitativos sobre o Ensino Superior da Unopar, 2015...52	

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso teve seu início na experiência como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no ano de 2015, sob orientação da Prof^ª. Dra. Olinda Evangelista. Nesta experiência demos os primeiros passos para a compreensão do que significa um processo econômico, como é o caso da financeirização, particularizada no campo educacional. Tomamos para estudo a Kroton Educacional, exemplo mais avançado desse processo, e procuramos verticalizar nossa análise em uma de suas mantidas, a Universidade Norte do Paraná (Unopar). A Kroton Educacional tem se destacado desde 2007, chegando a ser a maior no Brasil na oferta de ensino superior, especialmente de cursos de licenciaturas.

A entrada na bolsa de valores de empresas educacionais, ademais de enriquecer grandes empresas de capital aberto, tornou a formação docente um bem mercadejável, segundo expressão de Granemann (2007), tão rentável e lucrável como é possível vermos hoje. Segundo Leher (2013b, p. 1), essa

particularidade, somente tornou-se diferenciada no Brasil a partir de 2005, mais precisamente em 2008 quando os primeiros casos de controle da organizações que atuam na educação privada pelos fundos de investimento (*privateequity*¹) se tornaram realidade, contexto em que alguns grandes grupos que comercializam a educação superior abriram seu capital, efetuando registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para negociar valores mobiliários em bolsa de valores e em instituições financeiras.

Como expressão atual do modo de produção capitalista, o processo de financeirização gera a expansão do capital e concentração de recursos, o que vem crescendo ao longo das últimas décadas. No caso da educação, sob o discurso de sua democratização, construiu-se, especialmente durante o segundo governo Lula (2007-2011), um berço para que empresas privadas adentrassem o mercado educacional e para

¹*Private Equity* (PE) é “a modalidade de fundo de investimento que compra participação acionária em empresas. Direcionado para negócios que já funcionam e têm, em geral, boa geração de caixa. Tendem a investir em negócios mais maduros, como consolidação e reestruturação. Em relação ao tipo de capital empregado nos fundos de PE, em sua maioria são constituídos em acordos contratuais privados entre investidores e gestores, não sendo oferecidos abertamente no mercado e sim através de colocação privada; além disso, empresas tipicamente receptoras desse tipo de investimento ainda não estão no estágio de acesso ao mercado público de capitais, ou seja, não são de capital aberto, tendo composição acionária normalmente em estrutura fechada”. (LEHER, 2013, p. 9).

que empresas educacionais alastrassem seu campo de acumulação de capital pela atuação na Bolsa de Valores, assim como por sua internacionalização².

A Kroton mediante aquisições e fusões transformou-se numa “*holding*” que, segundo Sebim (2015, s.p.), sendo “uma empresa que é proprietária de outras empresas”, adquire mantenedoras disponíveis no mercado que possam aumentar seus lucros. Quem produz seu capital é o trabalhador docente; os professores atuam nas diferentes mantenedoras, sendo eles os principais responsáveis pela produção de mais-valia. A autora acrescenta:

Da mesma forma que o capital fictício cresce com valorização especulativa e com isso esconde a mais-valia extraída do setor produtivo que o sustenta, ele possui um poder muito maior para dissimular a exploração do trabalho assalariado que alimenta o sistema capitalista. Do mesmo modo, a Kroton, em comparação com IES privadas de capital fechado, consegue disfarçar com maior eficácia a origem da riqueza que a sustenta. (SEBIM, 2015, sp.)

Dentro dessa lógica de mercado, a educação “passa a ser vista como uma *commoditie*, entra no rol das mercadorias que devem ser valorizadas para que possam ser exportadas e que possam render maiores dividendos nas bolsas de valores”. (MAUÉS, 2015, p. 3). Essa entrada na bolsa de valores é que caracteriza a financeirização no campo educacional, tornando-a uma mercadoria altamente rentável, como parte de uma “expansão empresarial”, nas palavras de Leher (2009).

A Unopar é uma das principais mantidas da Kroton, adquirida no ano de 2011. Tem uma história de pelo menos quatro décadas no ensino básico e, hoje, forte engajamento na modalidade de ensino a distância, sendo a Instituição de Ensino Superior (IES) particular com fins lucrativos em primeiro lugar na quantidade de matriculados no ensino superior (BRASIL, INEP, 2015). A Unopar, junto com as demais mantenedoras da Kroton, forma o seu conglomerado, um oligopólio

que passa a representar, naquela área, a existência de uma concentração de serviços nas mãos de pouquíssimos “vendedores”. É uma maneira de aumentar os lucros, quando os maiores grupos se juntam, tornando-se líderes mundiais no setor. A oligopolização do ensino superior vem

² Nesta perspectiva do capital incidindo diretamente na educação e na formação docente, citamos o caso da significativa entrada, na Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Um acordo foi firmado com o objetivo de expandir e melhorar os campos da Educação Infantil e Ensino Fundamental do município, constando entre seus eixos um dedicado à formação docente. (SEKI; MELGAREJO; COSTA; EVANGELISTA, 2016, p. 227)

no rastro da transformação deste em uma *commoditie*, com ações nas bolsas de valores e nos fundos de investimento. (MAUÉS, 2015, p. 13)

A Kroton se configura como o grande conglomerado educacional do país e a empresa com mais matrículas no mundo, contando com 1,5 milhão de alunos (DIRETORIA DA FEPESP, 2017, p. 7). Ela também é a responsável por parte da formação inicial de professores no Brasil, a exemplo da Unopar com mais de 336 mil matrículas (BRASIL, INEP, 2015). No caso de Santa Catarina, a Kroton, por meio da Unopar, oferece o Curso de Pedagogia, na modalidade EaD, expressão local do cenário nacional.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o fenômeno da financeirização no ensino superior no Brasil, especialmente na Kroton Educacional, e seu impacto na oferta de matrículas de formação de professores em Cursos de Pedagogia por meio da Unopar.

1.1.2 Objetivos Específicos:

- a) Estudar a maior empresa financeirizada do setor educacional, a Kroton Educacional, por meio de uma de suas mantidas – a Universidade Norte do Paraná;
- b) Verificar, via balanço da literatura sobre a financeirização e em específico no campo educacional, como os intelectuais refletem sobre essa questão;
- c) Conhecer e analisar, com base no levantamento de dados de matrículas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas do Censo do Ensino Superior (INEP), a situação dos matriculados em cursos de formação docente, nas modalidades presencial e a distância.

1.2 MATERIAL E MÉTODO

Esta pesquisa se realizou por meio de balanço de literatura e análise de dados coligidos nos bancos de microdados do INEP no ano de 2015. Para compreender a dimensão do balanço e dos dados coletados, estudos bibliográficos foram fundamentais. Entre os autores que contribuíram para nossa análise estão Leher (2010, 2014), Fontes (2010), Granemann (2007), Maués (2015) e Sebim (2015).

No que toca ao balanço, realizamos buscas em plataformas específicas – *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); Google Acadêmico; Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Educação (ANPEd), nacional e regional Sul; no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) –, reunindo um total de 17 artigos, oito trabalhos em congressos, uma tese e três dissertações. Para tanto usamos as palavras-chave capital financeiro, privatização, educação, formação docente, e financeirização da educação e palavras correlatas. Os textos foram selecionados e transferidos a uma tabela em que constam título, autor, ano de publicação, instituição e aspectos. Com esta organização, pudemos realizar consultas periódicas nos bancos e também alimentá-los com maior qualidade. Para o tema específico da “financeirização” foi construída tabela própria.

Para a análise dos dados relativos aos matriculados em 2015 utilizamos o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS)³ para extrair os microdados dos bancos do Censo Nacional do Ensino Superior do ano de 2015 (BRASIL, INEP, 2015). O banco principal relaciona-se à concentração de todos os alunos matriculados na Unopar (MATRÍCULAS_UNOPAR_2015_PRES_DIS); esse banco foi dividido principalmente em modalidade de ensino presencial e a distância (CO_MODALIDADE_ENSINO), após o que geramos as frequências necessárias para dados mais detalhados, a saber: CO_GRAU_ACADEMICO, CIDADE_MATRICULAS_CURSO, PEDAGOGIA_DISTANCIA_UF, FLORIPA_UNOPAR_DISTANCIA, NO_CURSO.

³ Para esta etapa tivemos a colaboração do mestrando do PPGE-CED-UFSC Artur Gomes de Souza.

1.3 ESTRUTURA DO TEXTO

Este trabalho está estruturado em mais duas seções, além desta introdutória e das considerações finais. A segunda seção – *A FINANCEIRIZAÇÃO EM DEBATE*– aborda os principais autores encontrados no balanço de literatura que discutem a questão da financeirização como processo econômico e o seu desenrolar no campo educacional, transformando-o no nicho de mercado que temos hoje.

A terceira seção – *KROTON E UNOPAR: UM ESTUDO DA FINANCEIRIZAÇÃO NO CAMPO EDUCACIONAL* – apresenta a Kroton Educacional S.A. que atualmente é a maior empresa financeirizada da área no Brasil⁴. A Kroton é uma empresa de capital aberto, uma *holding*, cujas mantenedoras, em geral, estão há bastante tempo no mercado educacional. Trata-se de um grande conglomerado que compõe os oligopólios na educação. Em seguida, apresentamos uma das maiores mantidas da Kroton, a Unopar, instituição com a maior quantidade de alunos matriculados no ensino a distância do país no ano de 2015 (INEP, 2015). Por meio da extração dos microdados do INEP, apresentamos onde essas matrículas estão concentradas. No campo da formação docente, a maior parte das matrículas encontram-se no Curso de Licenciatura em Pedagogia, chegando à 53% na modalidade EaD e a 44% na modalidade presencial. O restante divide-se entre outros cursos de licenciatura (INEP, 2015).

⁴ A Kroton vinha desenvolvendo tratativas para adquirir a Estácio de Sá, mas, no final de junho do corrente ano, o CADE rejeitou a compra. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2017/06/cade-rejeita-compra-da-estacio-pela-kroton.html> e < <http://www.valor.com.br/empresas/4902706/fusao-de-kroton-e-estacio-avaliada-em-r-28-bi-enfrenta-turbulencias>>. Acesso em: 28 jun 2017.

2 A FINANCEIRIZAÇÃO EM DEBATE

Neste capítulo apresentamos autores que se debruçaram sobre o tema da financeirização em suas pesquisas. Na primeira parte, abordamos a discussão que desenvolvem acerca da financeirização como processo econômico; na segunda como fenômeno no campo educacional. Através da entrada de IES particulares na Bolsa de Valores, “os fundos de investimento passam a controlar parte significativa do mercado educacional brasileiro” (OLIVEIRA, 2017, p.33), evidenciando uma “mercadorização de novo tipo” (LEHER, 2013b, p. 5). O campo da formação docente é o mais atingido por esse processo principalmente na oferta de cursos na modalidade de ensino a distância.

2.1 O FENÔMENO DA FINANCEIRIZAÇÃO NA LITERATURA

José Carlos de Souza Braga tem sido considerado pioneiro em estudos relativos à financeirização no Brasil. Braga traz à luz a financeirização como “padrão sistêmico de riqueza como expressão da dominância financeira” sendo esta um processo pertencente ao capitalismo seguindo a lógica financeira geral e transformando a dinâmica macroeconômica. Em tese defendida em 1985, Braga (2000) desenvolveu reflexões acerca da teoria da temporalidade da riqueza; em 2000 lançou o livro *Temporalidade da Riqueza, Teoria da Dinâmica e Financeirização do Capitalismo*, quando referencia seus estudos utilizando a noção de financeirização. Mesmo ainda sem conceituar “financeirização”, desenvolve uma tese sobre este processo que, mais tarde, foi atualizada pelo próprio autor. Com base nas palavras de Braga (2000, p. 270), a financeirização

É o padrão sistêmico de riqueza como expressão da dominância financeira. Sua manifestação mais aparente está na crescente e recorrente defasagem, por prazos longos, entre os valores dos papéis representativos da riqueza – moedas conversíveis internacionalmente e ativos financeiros em geral (*paper wealth*) – e os valores dos bens, serviços e bases técnico-produtivas em que se fundam a reprodução da vida e da sociedade (*economic fundamentals*). [...] Trata-se de um padrão sistêmico porque a financeirização está constituída por componentes fundamentais da organização capitalista, entrelaçados de maneira a estabelecer uma dinâmica estrutural segundo princípios de uma lógica financeira geral. Neste sentido, ela não decorre apenas da práxis de segmentos ou setores – o capital bancário, os rentistas tradicionais – mas, ao contrário, tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, condicionado a operação das finanças e

dispêndios públicos, modificando a dinâmica macroeconômica. Enfim, tem sido intrínseca ao sistema tal como ele está atualmente configurado.

Como padrão sistêmico de riqueza, existem alguns aspectos cruciais para a configuração da financeirização. Braga (2000, 278) os elucida com a análise de Tavares e Melin:

a) “desde que a moeda interbancária se endogeneizou à escala internacional, a questão que se coloca não é mais de padrão monetário, mas se existe ou não uma moeda financeira de origem pública capaz de cumprir o papel de securitização”; b) “o dólar tornou-se o denominador comum da financeirização crescente nos mercados globalizados (nos quais a denominação, naquela moeda, das operações plurimonetárias securitizadas) cumprindo três funções primordiais para o capital internacional: provê liquidez instantânea em qualquer mercado; garante segurança nas operações de risco; e serve como unidade de conta da riqueza financeira virtual, presente e futura”; c) “o valor do dólar (sob o comando da política monetária e cambial do FED e do Tesouro) é fixado pela capacidade dos Estados Unidos em manterem sua dívida pública como título de segurança máxima do sistema.”

Carcanholo e Nakatani (1999, p. 284-285) discutem outro aspecto da questão, assinalando que se deve tomar cuidado com as definições e expressões que remetem ao capitalismo contemporâneo dentro da teoria marxista:

A maioria dos autores aceita que uma das características básicas que definem o capitalismo contemporâneo, dentre outras, consiste na financeirização ou na generalização do movimento especulativo do capital. Por essa razão, expandiu-se o uso da expressão "capital financeiro" nos trabalhos dedicados à caracterização e à interpretação do capitalismo contemporâneo. Algumas vezes, tal expressão é apresentada, ou pelo menos entendida, como se fosse realmente um verdadeiro conceito ou categoria do pensamento marxista e como se tivesse um conteúdo preciso. Entretanto consideramos que, na teoria marxista, não podemos aceitar definições acabadas. O método marxista trata os fenômenos sociais como processos em transformação, movidos por uma dinâmica decorrente de suas contradições internas que não podem ser captadas por definições. Estas só podem capturar o estático. Mais do que isso, as realidades resumem-se aos próprios movimentos, e eles são passíveis de descrição e de compreensão, mas nunca de definição. Os movimentos implicam sempre metamorfoses. A realidade é o próprio movimento, aquela inexistente fora deste.

O alerta de Carcanholo e Nakatani (1999) é importante, pois questiona o uso de conceitos estáticos para explicar o movimento da realidade. Nem todos os autores por nós estudados compartilham deste alerta, embora alguns aspectos correspondam ao que

ambos debatem. Autores como Chesnais (1998), Paulani e Almeida Filho (2011), Corazza (2005), Prado (2005) e Braga (2000) trabalham com o termo “dominância financeira” afim de definir um momento do capitalismo, assim, a “dominância financeira se explica porque ela visa garantir, sobretudo, a apropriação das rendas financeiras, ou seja, juros e dividendos, numa escala mundial.” (PRADO, 2005, p. 48). Mas não podemos considerá-la como um fenômeno imprevisível, pois, segundo Corazza (2005, p. 8), está associada às crises de acumulação sistêmica do capitalismo. A autora assinala que

O processo de globalização financeira é movido por três fatores interligados: o acúmulo de um volume crescente de riqueza monetária e financeira, na forma de ativos com diferentes graus de liquidez e denominados em diferentes moedas; a mobilidade crescente desses ativos, propiciada pelo desenvolvimento extraordinário da informática e das telecomunicações, de tal forma que seu movimento foge aos controles dos bancos centrais; e finalmente, pelo regime de taxas de câmbio flutuantes, que engendram oportunidades extraordinárias de ganhos especulativos. (CORAZZA, 2005, p. 1)

Neste caso, outro elemento foi colocado, a ideia de globalização à qual se ligaria diretamente o problema da financeirização. Marques, Moreira e Oliveira (2008) utilizam a ideia de dominância financeira, mas associada a outro termo, mundialização:

De acordo com Chesnais, vivenciamos a era da mundialização do capital, “uma etapa particular do estágio do imperialismo” (2003: 46), na qual predomina o regime de regulação de dominância financeira. Uma época caracterizada pela crescente importância do capital financeiro sobre o produtivo. Um momento em que os diversos Estados nacionais se subordinam à lógica do capital rentista mundializado, sendo obrigados a abrir mão das barreiras de proteção às suas economias e a permitir a livre movimentação de capitais financeiros. (MARQUES; MOREIRA; OLIVEIRA, 2008, p. 4)

Os autores chamam a atenção para um fato fundamental, qual seja, o de que a financeirização – embora mundializada – não é um fenômeno sem história:

Em verdade, parece-nos correto afirmar que a financeirização da economia já estava inscrita, como possibilidade tendencial do capital, em virtude da busca frenética por um circuito “cada vez mais encurtado” de sua realização. A transferência do *locus* privilegiado da esfera produtiva para a financeira só acentua a incontrollabilidade e explicita a tendência ao desenvolvimento auto expansivo do sistema. E torna mais evidente seu processo de “dominação sem sujeito”. (MARQUES; MOREIRA; OLIVEIRA, 2008, p. 10)

De outro lado, a explicação oferecida – de que a financeirização seria uma espécie de “dominação sem sujeito” – retira da sua historicidade justamente o protagonismo do capital e sua força expropriadora da força de trabalho. Das mudanças nessa relação deriva o fenômeno da financeirização. Desse modo, ao se referirem à crise do regime de dominância financeira e à expansão de “bolhas especulativas” – “São ‘bolhas’ em constante ebulição, cuja incontornabilidade e volatilidade se precipitam, ora aqui, ora acolá, produzindo efeitos devastadores sobre as diferentes economias nacionais” – Marques, Moreira e Oliveira (2008, p. 8) não explicitam o papel das diferentes frações de classe envolvidas no processo. Nesse sentido, Granemann (2007, p. 58) é mais precisa:

A resposta factível ao capital centralizado pelas finanças para a organização da força de trabalho é estender a lógica das finanças para a totalidade da vida social e conformar uma sociabilidade na qual as políticas sociais mínimas operadas pelo Estado sejam elementos de financeirização no cotidiano dos trabalhadores; aquilo que restar da contrarreforma do Estado, dos sistemas de proteção social e dos direitos do trabalho passará a ser validado na esfera da monetarização da vida.

A “financeirização da economia” – ou “monetarização da vida” ou “dominância financeira” – acelera o movimento da contradição central do sistema do capital na sua correlação vital com os trabalhadores e não se reduz a uma questão bancária, como indica Costa Filho (2002, p. 9):

O fim das restrições ao movimento de capital induziu os países a conviverem, embora de forma diferenciada, com instabilidade cambial, fragilidade financeira etc. Portanto, o processo de desintermediação financeira levou as instituições bancárias a buscar novas estratégias de sobrevivência, enquanto os fundos mútuos, companhias de seguros, fundos de pensões e companhias financeiras e não financeiras elevaram sua participação no mercado. Foram criados novos produtos e serviços financeiros, oferecendo maior rentabilidade aos aplicadores em ativos (a transformação das poupanças em crédito cedeu lugar a finanças diretas, mobilizada através dos mercados de ativos), avançou a formação de conglomerados e a intermediação financeira.

Para Braga (2000), a financeirização se caracterizaria como uma forma específica de acumulação que, ao longo das últimas décadas, cresceu significativamente em escala mundial, embora não universal. Este fenômeno se apresenta como processo econômico e social para a expansão do capital e de concentração de recursos. Para Almeida Filho e Paulani (2011, p. 266),

Há uma crescente financeirização do processo de acumulação. Nos termos apresentados por Chesnais, isto significa que o movimento do dinheiro, mais especificamente, do capital portador de juros, ganha não só autonomia, mas também submete o processo produtivo à sua lógica.

Diferente do que aparenta, a financeirização é uma estruturação político-econômica que comporta a privatização, portanto, a privatização expressa o fenômeno da financeirização, não sendo esta sua “continuidade” ou “complexificação”. O processo de financeirização é a mercadorização do próprio dinheiro, vende-se dinheiro para gerar capital. Parece que o dinheiro se reproduz dele mesmo, porém o que não aparece é o sujeito do processo de produção de mercadoria, o chamado trabalho vivo que, aparentemente oculto, possibilita a expropriação de produção de mais valor, do qual será retirado o capital financeirizado. Fontes (2013, p. 3-4) esclarece esse movimento:

Apesar de verdadeiro o fato de que a tecnologia capitalista resulta em dispensa de trabalhadores, essa tese costuma desconsiderar a totalidade do processo de expansão capitalista, focando especificamente alguns países e generalizando-a em seguida. Ela é reforçada pela suposição de uma financeirização de novo tipo, distinta da refinada reflexão originalmente apresentada por Marx na configuração do “capital portador de juros”, ou da tese defendida por Lênin (segundo a Hilferding (1973)), que analisou a escala monopólica, o imperialismo, como expressão da associação íntima entre capital industrial e capital bancário. No novo senso comum os principais ganhos capitalistas ocorreriam doravante na esfera puramente financeira (bancária e não bancária), deixando totalmente à sombra o papel do trabalho como fundamento do capital. Agrega-se ainda uma visão cristalizada e reificada da “empresa” capitalista – a “indústria” – como se estivesse inscrito em alguma lei “natural” do capital que instituições formais e edificações de um determinado tipo seriam o único local e forma de extração de mais-valor.

É por se tratar de um processo particular de acumulação do capital na relação com o trabalho que, na segunda metade da década de setenta, inicia-se uma desmontagem das políticas sociais em consequência da necessidade do grande capital elevar suas taxas de lucro. Boito Júnior (2006, p. 244) elenca três pontos fundamentais para este processo:

a) a integração do mercado financeiro nacional com os mercados internacionais, isto é, a desregulamentação financeira que assegura a livre conversão das moedas e a livre circulação das aplicações em títulos públicos e em bolsas de valores; b) câmbio relativamente estável que permita a conversão e a reconversão das moedas sem sobressaltos ou prejuízo; c) pagamento da dívida pública externa e interna com taxa básica de juro real elevada para assegurar uma alta remuneração aos

títulos públicos detidos, majoritariamente, pelas empresas que têm maior liquidez, isto é, pelo próprio capital financeiro.

Corazza (2005, p. 1) alerta para a necessidade de estudos acerca deste fenômeno, pois as questões financeiras têm se tornado centrais “a ponto de o adjetivo ‘financeiro’ ter assumido a propriedade de um substantivo (‘financeirização’)”. Ela vem se expressando de diversos modos “como valorização financeira superior ao crescimento do produto real; como lógica, concorrência e macroestrutura financeiras, que envolvem e subordinam a dinâmica da acumulação real; como processo de globalização e integração dos mercados financeiros, que desconhecem fronteiras e poderes nacionais.” (CORAZZA, 2005, p. 1). Amitrano (2013, p. 310) chama a atenção para a financeirização como importante fenômeno que afeta o crescimento econômico por meio de regimes de produtividade:

Conforme Bruno *et al.* (2009), em países em desenvolvimento, como o Brasil, a financeirização está associada à renda de juros e tem como fator central o endividamento público interno. Essa modalidade de financeirização faz com que as empresas tenham que enfrentar a escolha entre investir (obtendo retornos elevados, porém incertos, apenas no longo prazo) e aplicar recursos em títulos de dívida (auferindo ganhos elevados e certos no curto prazo).

Embora o autor refira o investimento preferencial de empresas em formas financeirizadas de acumulação, é importante lembrar o que Fontes (2010, p. 42) advertiu:

A condição fundamental para transformar o conjunto da existência social numa forma subordinada ao capital é a expropriação dos trabalhadores e sua separação das condições (ou recursos) sociais de produção, que corresponde a um processo histórico ao qual se superpõe, na atualidade, a exasperação dessas expropriações, através de uma disponibilização crescente da população mundial ao capital. Refiro-me à simultânea produção da base social que nutre o capital.

Salientamos a complexidade do fenômeno em questão e o quão recente são os estudos que o abordam. Braga aparece como um dos primeiros autores a produzir sobre o assunto, mas nossa pesquisa evidenciou de forma concreta que, a partir de 2007, o setor educacional passa a ser financeirizado, pois é quando de fato empresas educacionais adentram o mercado de ações – Bolsa de Valores. Segundo Boito Júnior (2006, p. 246), “todos os aspectos da política neoliberal – a desregulamentação, a privatização, a abertura comercial – atendem, integralmente, aos interesses de uma única fração da burguesia: o

grande capital financeiro” e não vai se apresentar de forma diferente na educação, visto que a sua financeirização serve aos interesses do grande capital.

2.2 A FINANCEIRIZAÇÃO NO CAMPO EDUCACIONAL

A partir da década de 1990, após firmado o Acordo Geral de Comércio e Serviços pela Organização Mundial do Comércio (OMC), podemos dizer que ocorrem dois grandes processos no setor educacional. O primeiro é a oligopolização⁵, fusões entre os grandes grupos da educação, e o segundo é a transformação da educação em mercadoria na bolsa de valores. Nestes dois processos “poucas instituições serão capazes de manter as condições atuais de sustentação exclusivamente por mensalidades, portanto abriu-se espaço para que apenas um grupo restrito consiga ocupar nichos específicos no mercado sem ser acossado pelas instituições mais fortes”. (SANTOS; GUIMARÃES-IOSIF, 2013, p.6). Essa mercadorização da educação resulta da adequação do setor a um nível de demanda posto pelo capital financeiro internacional, na busca cada vez maior de uma hegemonização de mercados, transformando, segundo Santos (2004, p. 18-19),

A universidade, no seu conjunto, numa empresa, uma entidade que não se produz apenas para o mercado, mas que produz a si mesma como mercado, como mercado de gestão universitária, de planos de estudo, de certificação, de formação de docentes, de avaliação de docentes e estudantes.

Os oligopólios são constituídos pela ampliação e fusões das Instituições de Ensino Superior particulares e pela entrada do capital dessas empresas na bolsa de valores (SGUISSARDI, 2008). Com a política de privatização favorecida pelo Estado brasileiro, tem-se abertura para que se constitua uma hegemonia das empresas particulares no campo educacional superior (BITTAR; RUAS, 2012). Assim, “tendo hegemonia, os financiadores podem definir como deve ser a atuação das IES, para obterem o retorno esperado” (BESSA, 2012, p. 35). Nesse campo de mercado educacional, o estudante não é apenas um estudante, pois passa a ser cliente de uma empresa. Bittar e Ruas (2012, p. 117) destacam que a lógica de mercado a que submetem a educação,

⁵ A aquisição e fusões de empresas no mundo todo cria o chamado oligopólio, que representa, naquela área, a existência de uma concentração de serviços nas mãos de pouquíssimos “vendedores”. É uma maneira de aumentar os lucros, quando os maiores grupos se juntam, tornando-se líderes mundiais no setor. “A oligopolização do ensino superior vem no rastro da transformação deste em uma *commoditie*, com ações nas bolsas de valores e nos fundos de investimento”, como citado antes por Maués (2015, p. 13).

impulsiona, cada vez mais, empresários, hoje conhecidos como a nova burguesia de serviços educacionais⁶, interessados em ampliar seus negócios na área educacional e a investir maciçamente no setor educacional.

Com esta configuração e possibilidade de se ter um grande negócio no nicho educacional, fica cada vez mais estreita a relação entre público e privado, com o segundo suprimindo uma demanda do primeiro por meio de bolsas conveniadas com o próprio governo, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) (BRASIL, 2016a; 2016b)⁷, abrindo intencionalmente o caminho para o crescimento desse mercado. É dinheiro público investido no setor privado, mesmo que utilizando o discurso de educação como direito de todos e da democratização do acesso ao Ensino Superior.

Bittar e Ruas (2012, p. 123) historicam as fusões em nosso país:

Um dos primeiros sinais da penetração do capital financeiro, ocorreu em 2001 quando o grupo de Minas Gerais, Pitágoras, fundado em 1996 por Walfrido Mares Guia, fechou uma parceria com a Apollo Internacional. Essa parceria foi breve, durou até 2006, quando o grupo mineiro comprou a parte do investidor internacional.

A partir de 2010, o FIES foi o grande responsável pelo crescimento da demanda privada, chegando a ter metade de seus alunos com financiamento. Os anos de 2007 a 2014 foram bastante expressivos nas fusões, sendo 2008 o auge, chegando a 41 o número total de fusões (HOSTIN, 2014).

Nesse cenário, as empresas como Anhanguera Educacional, Estácio de Sá, Kroton Educacional, do Grupo Pitágoras, e Sociedade Educacional Brasileira (SEB), controladora do Colégio Oswaldo Cruz (COC), abriram seu capital na bolsa de valores e o processo de compra e venda de IES brasileiras intensificou-se a partir de fevereiro de 2007, seguindo até os dias de hoje. A Anhanguera Educacional foi a primeira empresa a aderir ao mercado de capitais (BITTAR; RUAS, 2012, p. 124).

⁶ A formulação “nova burguesia de serviços educacionais” é problemática, pois percebe a educação apenas como mercadoria. Essa concepção não se aplica à financeirização da educação, pois, neste caso, ela é tratada como item do portfólio das empresas, as quais não estão preocupadas com a Educação, mas com sua posição e valorização nas bolsas de valores.

⁷ Os dados apontam que 36% das matrículas da Unopar no ano de 2015 possuíam algum tipo de financiamento público entre eles Fies, Prouni e demais financiamentos das próprias instituições. (BRASIL, INPES, 2015)

Gaspar e Fernandes (2015, p. 82) complementam:

Pode-se dizer que muito daquilo que parece atrasado ou defasado quando comparado a instituições ou sistemas de ensino dos países centrais – e este é o caso do nosso Sistema de Educação Superior – é bastante adequado, em países periféricos, à reprodução do capital (subalterno e incompleto). Por isso, mesmo nunca tendo primado pela elevada qualidade e nem pelo amplo acesso, este Sistema foi – e tem sido – funcional às demandas do capital que se valoriza nos circuitos socioeconômicos da formação social brasileira.

Desse modo, Gaspar e Fernandes remetem a Boito Júnior (2006) para afirmar que a mercantilização teve novas características e assim foi fortalecida por uma “nova burguesia de serviços”, mais agressiva em termos econômicos e políticos e amplamente capitalizada por investidores estrangeiros (GASPAR; FERNANDES, 2015, p. 84). Entretanto, talvez não seja possível considerar a financeirização de importantes IES como expressão de uma burguesia de serviços, pois o que está em causa não é o serviço, mas a mercadoria capital portador de juros ou capital monetário.

A financeirização no setor educacional transforma a educação em uma mercadoria como qualquer outra, poderia ser móvel planejado, mas é educação, é formação, certificação. A venda de formação superior é o mercado do momento e “essa sujeição da educação aos critérios do capital é tão descarada que, na maior empresa do setor, a Anhanguera Educacional, as despesas com ‘publicações de artigos de professores e alunos’ são inscritas na rubrica ‘marketing’ (ANHANGUERA, 2012, s.p.)” (GASPAR; FERNANDES, 2015, p. 85).

Adentrando nas questões específicas do Estado brasileiro, Rocha Júnior (2013) discute a posição do Brasil na economia mundial, elucidando o caráter de dependência econômica com um processo de “industrialização tardia, periférica e dependente” que fomenta a continuidade dessa dinâmica e lógica dos lucros. Como colocado, há um investimento de fundo público no setor privado, diretamente para a elite rentista, proprietária do capital portador de juros. Esse deslocamento de recursos sociais contribui para a financeirização das relações sociais e monetarização das políticas sociais no interior do movimento denominado por Fontes (2010, p. 44) de “expropriação secundária” do trabalhador⁸. Nesse sentido, as funções do Estado são reorientadas: “o

⁸A expropriação primária liga-se mais diretamente às originais expropriações de terra. As secundárias referem-se a todo processo de “disponibilização” de força de trabalho ao mercado, desde a redução de direitos sociais até a concorrência interpares, a intensificação, a precarização, o auto empreendimento, entre outros.

Estado torna-se máximo para o capital e mínimo para o trabalhador, tendo como consequência um largo processo de desmonte das políticas sociais que são submetidas à lógica do capital”. (ROMA, 2013). Roma ainda aponta para uma mistificação e velamento das relações sociais de produção graças ao processo de financeirização, bem como das riquezas da sociedade burguesa no século XXI.

Para explicar o processo de financeirização no setor educacional, Francisco R. Lira destaca o importante papel dos governos Getúlio Vargas (1930-1945), Juscelino Kubitschek (1956-1961) e ditadura civil-militar (1964-1985) em manter o Brasil no caminho do crescimento econômico, porém a financeirização como “fenômeno macroeconômico caracterizado pela apropriação dos ativos da economia pelo mercado financeiro, traz uma grande influência desse setor no desenvolver da política econômica” (LIRA, 2008, p. 1).

O movimento de financeirização do sistema capitalista se intensifica após a Segunda Guerra Mundial, mas é após os anos de 1970 que se configuram novos instrumentos financeiros, como complementa Costa (2016, p. 183):

A expansão da financeirização do capital pode ser considerada como uma fase do sistema capitalista, onde as negociações nos mercados financeiros foram aumentadas de forma considerável na economia mundial, e cuja primazia para o seu significativo crescimento foi conduzida, a partir dos anos de 1970, pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, com o aparecimento de novos instrumentos financeiros. Como exemplos desses últimos, citam-se a desregulamentação dos mercados de capitais e financeiros, ou a ampliação dos instrumentos de derivativos, de securitização, de contratos futuros, entre outros. Com isso, a educação é apenas mais um dos setores que se enquadram dentro desse processo, particularmente de maneira recente.

Outro autor de extrema importância em nossa trajetória para compreender o assunto em questão é o professor Roberto Leher (2013b, p. 5) que recentemente vem acompanhando e estudando a transformação do processo de mercantilização do ensino superior sua transformação numa “mercantilização de *novo tipo*”. Por consequência, chegou ao setor educacional. De início indica que

O ponto de partida para discutir a financeirização das políticas públicas é Karl Marx, em especial, o livro três de *O Capital* (O processo global de produção capitalista), principalmente as seções “Conversão do capital-mercadoria e do capital-dinheiro em capital comercial e capital financeiro como formas do capital mercantil” e “Divisão do lucro em

juro e lucro de empresário: o capital produtor de juros”. (LEHER, 2013a, p. 42)

Encontramo-nos em um momento de expansão do setor privado, a financeirização da riqueza não seria tão significativa se não tivesse o impulso de algumas organizações multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Comissão Europeia, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), assim constituindo um mercado mundial do setor educacional. A educação foi transformada em uma mercadoria altamente lucrativa, o que a torna atrativa para a lógica financeira: rentável e negociável nos mercados financeiros (ROMA, 2013; ROCHA JÚNIOR, 2013). Segundo Maués (2015, p. 3), nesse contexto, “a educação, no momento que passa a ser vista como uma *commoditie* entra no rol das mercadorias que devem ser valorizadas para que possam ser exportadas e que possam render maiores dividendos nas bolsas de valores”. Rocha Júnior (2013, p. 10) alerta:

Evidentemente, que esta nova configuração do modo de produção capitalista marcada pelo processo de financeirização da riqueza terá um impacto devastador na condução das políticas econômicas e em especial, nas políticas sociais. Neste sentido, o setor de serviços, em especial, o educacional, sofrerá paulatinamente em nível mundial, mudanças substantivas, seja através de organismos como: o Banco Mundial e o FMI que irão pautar as agendas das políticas educacionais dos Estados centrais e, em especial os Periféricos.

O aumento de matrículas relacionado à educação superior no decorrer dos últimos anos, mostra o que significa financeiramente para o mercado internacional. Por isso, cabe “destacar que essa mercantilização da educação, que a transforma em educação empresarial, envolve uma gama de serviços⁹, tais como cursos, sistemas/modelos de avaliação, livros didáticos, pacotes para formação continuada de professores” (MAUÉS, 2015, p. 13).

Embora o negócio da educação seja vasto e rentável, isso não significa que a qualidade de educação esteja alcançada. Rocha Júnior aponta para um Ensino Superior que “produziu um (pseudo) conhecimento ‘pasteurizado e homogeneizado’, ou seja, ‘ensino *fastfood*’” (ROCHA JÚNIOR, 2013, p. 15), porque a lógica por trás do *slogan* **educação** é meramente a relação de mercado; o conhecimento que está sendo produzido,

⁹ É bastante polêmica a discussão que gira em torno da educação como serviço. Para aprofundamento da questão cf. Seki (2014); Leher (2013).

os profissionais que estão sendo formados não são o foco nem a preocupação. Lira (2008, p. 4) considera, restritamente, a financeirização como mais um ciclo do funcionamento do capitalismo, que só pode ser quebrado ou evitado pelo “mesmo agente que se subordinou ao regime de ‘financeirização’, o Estado, [...] já que esse pode alterar a estrutura no qual se condicionou à economia”. Para o autor, a educação será uma política social e um direito a partir do momento em que o Estado a tomar para si desvencilhando-a da lógica de mercado. Esse é um debate polêmico, visto que está em discussão o papel do Estado e sua relação com as classes sociais. Leher (2013b) retoma essa questão em sua pesquisa, elencando autores que tratam especificamente da financeirização, suas consequências e seu funcionamento em países como EUA, França e no Brasil.

Os dados que analisamos a seguir mostram a submissão da formação docente aos investidores de capital aberto, por meio de mantenedoras que ofertam serviço educacional. Com a sustentação legal oferecida pelo Estado, este nicho se torna confortável e atrativo para grandes empresas. A expressão Kroton/Unopar caracteriza um conglomerado brasileiro neste setor e nele veremos como se comporta a formação docente e o movimento do Curso de Pedagogia em nível nacional.

3 KROTON E UNOPAR: UM ESTUDO DA FINANCEIRIZAÇÃO NO CAMPO EDUCACIONAL

Nesta seção apresentamos a Kroton e a Unopar afim de conhecer as duas instituições e analisar os dados das matrículas do ano de 2015 ofertadas pela Unopar, especialmente após entrada da Kroton na Bolsa de Valores.

Napolitano (2017, p. 23) informa que,

Atualmente, cerca de 75% das matrículas no ensino superior brasileiro são feitas em empresas privadas de educação. De acordo com o Censo da Educação Superior (Inep – MEC), “87,4% das instituições de educação superior são privadas”. Conforme o mesmo levantamento, “em 2014, mais de 3,1 milhões de alunos ingressaram em cursos de educação superior de graduação. Desse total, 82,4% em instituições privadas”.

Mas não é apenas a quantidade de matrículas que é atingida, pois:

A entrada do capital financeiro na área educacional altera radicalmente a conformação do ensino superior privado no Brasil. Impõe padrões de gestão cujo único objetivo é reduzir os custos, agindo nos estritos limites de satisfação das túbias normas de controle do setor privado existentes no País. Isso faz com que se amplie a utilização de “tecnologias” como meio de poupança de horas-trabalho dos professores, quer seja com a utilização de educação a distância quanto de trabalhos “livres” ou conduzidos por monitores em salas de informática, ampliando a rotatividade de professores, mantendo sua titulação nos limites mínimos estabelecidos pela legislação, enfim priorizando o lucro em detrimento da qualidade. (OLIVEIRA, 2017, p. 27)

Durante os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) foi perceptível a exploração do Ensino Superior privado no Brasil¹⁰. Novas universidades públicas foram implantadas, no entanto, observamos a “expansão, monopolização e internacionalização do ensino superior privado, com eficientes mecanismos de subsídios e garantias estatais.” (NAPOLITANO, 2017, p. 23). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.393, de 30 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), abriu caminho para a existência das instituições particulares (Art. 20, I), não prevendo a participação de capitais

¹⁰ Indicamos como referencial as pesquisas de Seki (2014), *O Capital e as universidades federais no governo Lula: o que querem os industriais?*; Silva (2014) *Programa REUNI: ampliação do acesso ao Ensino Superior*, e Tabalipa (2015) *A “crise” das instituições de Ensino Superior comunitárias da associação catarinense de fundações educacionais (ACAFE)*.

estrangeiros nesse setor. Porém, não foi apenas a LDBEN que assentou as bases, como assinalam Ghirardi e Klafke (2017, p. 57):

Contudo, é o art. 1º do Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, posteriormente reproduzido como art. 3º do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que tem sido considerado o verdadeiro divisor de águas nesse campo, uma vez que possibilitou a entrada de sociedades empresariais no setor educacional, inclusive sociedades anônimas com ações negociadas em bolsa de valores.

Assim, compreendemos que o setor educacional se transformou em um nicho interessante para grandes empresas de capital aberto, tornando-se um campo de disputa acirrada e a tendência é a oligopolização, pois “as instituições que estão na Bolsa de Valores têm mais poder para eliminar a concorrência (incluindo *dumping*¹¹) e induzir uma forte centralização da oferta” (OLIVEIRA, 2017, p. 34), conseqüentemente, quebrando empresas menores.

A reflexão que desenvolvemos nas seções anteriores acerca do fenômeno da financeirização no campo educacional ofereceu os elementos fundamentais para entender mais profundamente a maior empresa de educação superior particular do mundo. A Kroton Educacional realizou sua primeira Oferta Pública de Ações (OPA)¹² na BM&FBovespa no ano de 2007, entrando para a lista de empresas com ações na Bolsa de Valores. E, em 2009, um dos maiores fundos de *Private Equity*¹³ do mundo, o *Advent International*¹⁴, injetou importante soma financeira na empresa. Sobre as áreas onde os grupos de capital aberto estão inseridos, 46% estavam no Curso de Serviço Social e 27,4% na Licenciatura em Pedagogia, a menor área era a Medicina com 4,9% (GHIRARDI; KLAFKE, 2017, p. 67).

¹¹*Dumping*: é a comercialização de produtos abaixo do preço de custo de produção, uma estratégia para eliminar a concorrência. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2090:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 10 maio 2017.

¹² No mesmo ano, logo depois da Kroton, a Estácio de Sá realizou sua primeira OPA. “Nos dados disponibilizados pela BM&FBovespa, o valor captado com as ofertas primária e secundária, no mercado de balcão não organizado, chegou a aproximadamente R\$478,8 milhões, por meio de 12.276.250 Units, ao preço de R\$ 39,0 cada, as quais representaram 1 ação ordinária e 6 ações preferenciais. Todo o processo ocorreu de acordo com as regras da legislação societária brasileira e com as internacionais (para a colocação de Units no exterior)”. (COSTA, 2016, p. 272)

¹³ Fundos financeiros que investem em participações em empresas tanto de capital aberto quanto de capital fechado para melhor gerir corporativamente o negócio, resultando na elevação de suas margens de lucro. (COSTA, 2016, p. 188)

¹⁴ Empresa de investimentos fundada em 1984 com sede em Boston (EUA). Disponível em: www.adventinternational.com/.

Malanchen (2007) aponta alguns fatores que contribuem economicamente para a consolidação do mercado EaD, como o apoio das Tecnologias da Informação (TIC) transformando esta modalidade na mais alcançável em se tratando de questões geográficas, pois o

Uso de meios que permitem um número relativamente reduzido de docentes para um número maior de alunos, a não exigência de salas de aula, o fato de que os cursos podem ser realizados em menor tempo, a utilização dos mesmos materiais produzidos por vários anos (UNESCO, 2002, p. 87). [...] Como chaves para o desenvolvimento humano e para a redução da pobreza, educação e tecnologia fazem parte, portanto, de um ideário estabelecido nas discussões mundiais na atualidade, as quais se baseiam nos pressupostos de que a tecnologia constitui um instrumento para o desenvolvimento e a educação é o meio que capacita as pessoas para utilização desse instrumento. (MALANCHEN, 2007, p. 98; 120)

Perante o exposto, percebemos como as políticas nacional e internacional contribuíram para a expansão do Ensino Superior no país, mediadas por políticas de Estado, abrindo espaço para o crescimento da esfera privada. Com a inserção das maiores empresas educacionais na BM&FBovespa, esse setor torna-se atrativo para os grandes empresários e um dos setores mais rentáveis da atualidade. Os alunos transformam-se em matrículas pensadas com base na geração de lucros.

Diante deste cenário, Teresa Adrião (2017) ressalva a declaração final do 7º Congresso Mundial da *Education International* (EI)¹⁵ como exemplo de resistência: “a privatização e a comercialização da educação internacional é a maior ameaça para a educação como bem público, e conclama à construção da resposta global contra a ascensão das *edubusiness*” (ADRIÃO, 2017, p. 130).

3.1 KROTON EDUCACIONAL – UMA EXPRESSÃO DA FINANCEIRIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

A Kroton nasceu como Rede Pitágoras, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, em 1966, iniciando seus trabalhos como curso pré-vestibular. Somente em 2007 foi nomeada Kroton. A Pitágoras, depois de pelo menos três décadas de investimento na Educação Básica, saltou para a Educação Superior criando a primeira

¹⁵ Congresso ocorrido em julho de 2015 no Canadá.

Faculdade Pitágoras, no ano 2000, em parceria com a Apollo Internacional. Em 2005, o Grupo Apollo optou por vender suas participações para a Kroton (COSTA, 2016, p. 186; 198).

Sua atuação na Educação Básica serviu de alavanca para o ensino superior, quando os números de matrículas cresceram ainda mais. Destaca Costa (2016, p. 276) que

Quando a Kroton iniciou as suas atividades no ensino superior, já contava com uma sólida atuação de algumas décadas no ensino básico – e inclusive com a presença no exterior –, cujo montante de alunos ao final de 2007 era de quase 200.000, em aproximadamente 600 escolas, presentes em todos os Estados brasileiros.

O ano de 2007 foi marcado como ponto de partida do fenômeno da financeirização no campo educacional, principalmente com a entrada de grandes empresas privadas na área, entre elas a Kroton. Alguns fatores contribuíram para esse processo:

Em 2007, a Kroton estabeleceu os requisitos necessários para que, no ano seguinte, viesse a iniciar as suas atividades no ensino a distância¹⁶. Além disso, divulgou que estava ampliando o seu número de cursos nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Direito, Engenharia e Saúde, nos *campi* que já possuía e naqueles que foram adquiridos no exercício social de 2007. O público alvo da companhia consistia nos jovens trabalhadores de média, média-baixa e baixa renda. (COSTA, 2016, p. 275)

A Unopar foi uma das principais aquisições feitas pela Kroton, no ano de 2011, proporcionando crescimento à empresa no final do mesmo ano. Costa (2016, p. 292) apresenta os seguintes dados:

O total gasto nas transações chegou a aproximadamente R\$ 1,35 bilhão, onde só a União Norte do Paraná de Ensino Ltda., mantenedora da UNOPAR a maior IES a distância no país, alocou a quantia de R\$ 1,3 bilhão, e um montante de 162.000 alunos, dos quais 146.000, na mencionada modalidade de ensino. A média paga por estudante foi de R\$ 6.274,0.

Após a aquisição da Unopar, a Kroton aumentou seu número de estudantes significativamente, em torno de 62,2%, ao atingir a marca de 410.035 alunos em 2012

¹⁶ A modalidade de ensino a distância teve seu desenvolvimento bastante acelerado, não podendo ser vista como mera modalidade, “mas como estratégia central do Estado brasileiro para a formação do magistério, não interessa se na forma pública ou privada” (EVANGELISTA, 2015, p. 13). Indicamos como referência ao tema a dissertação de mestrado de Julia Malanchen (2007), *As políticas de formação inicial a distância de professores no Brasil: democratização ou mistificação?*

(252.864, em 2011). Do total, 371.519 estavam matriculados nos cursos de graduação, 130.976 na modalidade presencial e 240.543 na modalidade a distância, o que representou uma expansão de 58,3%; 38.516 frequentavam cursos de pós-graduação, presenciais (12.240) e a distância (26.276), concretizando uma elevação de 112,3% no mesmo período (COSTA, 2016, p.291)¹⁷.

Atualmente, é dona de diversas mantenedoras ou “marcas” como: Anhanguera/Goiás, Faculdade de Mauá/São Paulo (Fama), Luis Flávio Gomes (LFG), Universidade do Desenvolvimento Regional do Pantanal/Mato Grosso do Sul (Uniderp), Unopar/Paraná, Faculdades Pitágoras/Minas gerais, Universidade de Cuiabá/Mato Grosso (Unic), Universidade Metropolitana de Educação e Cultura/Bahia (Unime). Uma de suas estratégias de *marketing* é, após as aquisições, continuar utilizando o nome da “marca” adquirida “em virtude de certas questões como a tradição nos locais de atuação, ou o público a ser atingido pela companhia.” (COSTA, 2016, p. 275).

Durante o período de 2007 a 2012, foram realizadas 144 aquisições e fusões nesse setor (COSTA, 2016, p. 213). Dessas, 54,2% (78) foram feitas pelas companhias Kroton, Estácio de Sá/Rio de Janeiro e Anhanguera/Goiás¹⁸. A Anhanguera foi a que operacionalizou o maior número dessas aquisições, porém quem mais dispôs de recursos financeiros foi a Kroton (COSTA, 2016, p. 213). Recentemente (2016) a Kroton está tentando realizar uma de suas maiores aquisições, a compra da Estácio de Sá¹⁹. Embora essa negociação ainda não tenha sido concluída, Oliveira (2017, p. 30) a trata como acabada:

A recente aquisição do grupo Estácio de Sá pela Kroton é o coroamento de processo iniciado em meados dos anos 2000 que alterou profundamente o panorama do ensino superior no Brasil. Com essa operação, a Kroton consolida-se como a maior instituição educacional privada do mundo. Os números da transição impressionam. A Kroton possuía, antes de comprar a Estácio, 1,1 milhão de estudantes no País e era a maior empresa educacional do Brasil e do mundo. A Estácio, a segunda maior em âmbito nacional, tinha base total de 588 mil estudantes. Assim, a nova empresa inicia sua atividade com quase 1,6

¹⁷ Segundo Costa (2016, p. 293), “No segundo semestre de 2012, a Kroton começou a oferecer cursos livres a distância, de curta duração, em áreas como Gestão, Educação e Exatas, no intuito de expandir as possibilidades de produtos oferecidos nos polos. No final do exercício social do respectivo ano, 12.416 estudantes participaram desse tipo de atividade”.

¹⁸ Em 2014 ocorreu a fusão entre a Kroton e Anhanguera.

¹⁹ Sobre seus acionistas: “As duas instituições possuíam dez acionistas em comum. Entre eles, o Fundo Coronation, da África do Sul, que possui USD 41 bilhões em ativos, controlava 10,3% da Estácio e 4,5% da Kroton. O maior acionista da Estácio era o Oppenheimer Funds, que possuía 18% de participação no capital total. Além desses, há que se destacar, entre seus proprietários, outros fundos, como o Black Rock e o Capital Word Investors.” (OLIVEIRA, 2017, p. 31)

milhão de alunos, aproximadamente 27% da matrícula do setor privado e 20,5% da matrícula total do ensino superior no Brasil. O valor da transição foi estimado em R\$ 5,5 bilhões. Teria 1.080 polos de educação a distância e 213 campi. Do ponto de vista da cobertura no território nacional, as duas instituições são complementares.

As condições que possibilitaram essa “mercantilização de *novo tipo*” (LEHER, 2013b, p. 5) demonstram que a lógica do setor privado se incorpora não somente na Educação Superior particular, como em outros setores públicos, colocando em prática uma mesma política. Como estratégia, cria discursos de convencimento como o relativo à democratização do acesso à educação superior.

Entre as políticas públicas que favoreceram essa expansão extraordinária está o programa FIES, criado pelo Governo Federal em 1999 (BRASIL, 1999), que contribuiu para o aumento ainda maior dos lucros das empresas. Os grandes grupos particulares de ensino superior foram os que mais ganharam com o FIES, embora às custas do endividamento da juventude. A Kroton recebeu maior repasse desse programa no ano de 2014: “doze mantenedoras do grupo ganharam juntas mais de R\$ 2 bilhões – o dobro do que a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), que fabrica aviões militares, e a Odebrecht, então responsável por dezenas de obras de grande porte espalhadas pelo País.” (BURGARELLI, 2017, p. 38). Na Bovespa seus números só têm aumentado:

A Kroton que incorporou a Anhanguera em 2013, foi a líder de crescimento da BM&FBovespa por dois anos seguidos, em 2013 e 2014. Entre meados de 2011 e começo de 2015, seus papéis tiveram valorização acumulada de 827%. A empresa chegou a ser listada como a 17ª mais valiosa da Bolsa no auge do gasto federal com o Fies, em meados de 2014, com valor de mercado de R\$ 25 bilhões à época. (BURGARELLI, 2017, p. 44)

No ano de 2010, a Kroton possuía um total de 859.998 matriculados e em 2014 já detinha 1.039.327. A quantidade de cursos subiu de 379 para 1.879 em apenas quatro anos. Suas IES eram 48 em 2010, em 2014 somavam 115; suas mantenedoras caíram de 25 para 18. (GHIRARDI; KLAFKE, 2017, p. 63). Na modalidade a distância, a Kroton tinha 79 mil alunos matriculados em 2010, passando para 553.970 em 2014, um aumento de 701.127,9%, sendo a instituição particular com mais matriculados no ensino a distância no país (GHIRARDI; KLAFKE, 2017, p. 69). No ano de 2015, a Kroton ultrapassou a marca de um milhão de alunos. Desses, a proporção presencial era de 43,9% e a EaD de 56,1%. Esses números resultam da fusão entre Kroton e Anhanguera

(MALVESSI, 2017, p. 88). Entre as 12 maiores²⁰ empresas de ensino superior, a Kroton está em primeiro com 16,4% do volume de matrículas, segundo o jornal *Valor Econômico* em publicação em junho de 2016 (MALVESSI, 2017, p. 78).

Um exemplo do desenvolvimento da Kroton em Santa Catarina, em particular no âmbito da formação docente, é encontrado na Unopar, aspecto que discutiremos na próxima seção.

3.2 A UNOPAR E A FORMAÇÃO DOCENTE

A Unopar foi uma das aquisições mais importantes para a Kroton, em 2011, contribuindo para seu crescimento principalmente com o aumento significativo do número de matrículas do grupo. Foi criada em 1972 na cidade de Londrina, Paraná, pelos professores e empresários Marco Antônio e Elisabeth Bueno Laffranchi. Passou por diversos momentos de implementação de outras faculdades até se tornar a Faculdade do Norte do Paraná e, em 1997, segundo a própria instituição, receber o credenciamento de universidade. É possível verificar o parecer de credenciamento da IES junto ao Ministério da Educação (MEC) do ano de 2011 com o aviso de “aguardando homologação” (UNOPAR, 2017).

Após a regulamentação da modalidade de ensino a distância²¹ no país, a Unopar logo se adequou para nela atuar e, segundo Silva (2013, p. 62), “estruturou-se e investiu em tecnologia e *marketing*” para tal objetivo. Atualmente, a Unopar oferta formação presencial e a distância. Na modalidade presencial, concentra seus cursos no estado do Paraná, nas cidades de Arapongas, Bandeirantes e Londrina. Na modalidade a distância, possui polos de apoio em pelo menos 410 municípios, fazendo-se presente em todos os estados do Brasil. Em busca realizada no E-Mec²² encontramos a Unopar inscrita como Universidade Pitágoras Unopar, instituição de ensino superior privado com fins lucrativos. Em números, a instituição possui 87 cursos de graduação e 160 de especialização.

Na modalidade EaD, a Unopar desenvolveu duas metodologias, uma chamada de tele-presencial e a segunda de 100% a distância. Na primeira, o aluno precisa comparecer

²⁰ Kroton, Estácio, Universidade Paulista (Unip), Laureate, Universidade Nove de Julho (Uninove), Ser Educacional, Cruzeiro do Sul, Anima, Centro Universitário de Maringá (Unicesumar), Ilumino, DeVry e Grupo Tiradentes.

²¹ Decreto nº 5.622, de 19 dez 2005 (BRASIL, 2005).

²² Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior, base de dados oficial e única de informações relativas às Instituições de Educação Superior – IES e cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 14 jun 2017.

ao polo de apoio pelo menos uma vez na semana e na segunda as idas ao polo se restringem a uma vez ao mês para a realização das provas. Nas duas modalidades os alunos realizam provas e trabalhos com apoio do tutor virtual, as tele-aulas são ministradas por professores, com um tutor disponível caso seja necessário. A ferramenta de Tecnologia da Informação e Comunicação utilizada é uma plataforma *online* chamada Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Esses métodos, principalmente o segundo, facilitam a oferta de educação a distância em larga escala, abarcando pequenos municípios, ou mais afastados das capitais, onde concentra-se o maior número de Universidades públicas, sendo necessário deslocar-se poucas vezes ao polo de apoio presencial.

No *site* da Unopar é possível assistir a um vídeo produzido pela própria instituição, com duração de um pouco mais de quinze minutos, apresentando-a e às vantagens de ser um futuro aluno. Um detalhe não passou despercebido, a afirmação por parte da IES de que a única diferença entre as modalidades de ensino a distância e presencial é a forma como os alunos irão estudar, sem diferença em seu conteúdo e no diploma, argumento reforçado pelo menos três vezes durante o vídeo. O *marketing* da Unopar se assenta no jargão “Com educação não se brinca, você merece estudar na líder em EaD” (UNOPAR, 2015), uma propaganda que induz o leitor a não se questionar em relação à qualidade da educação ofertada e nem ao produto final, a certificação.

Esse campo de formação em larga escala é defendido por Organismos Multilaterais (OM), como o Banco Mundial (BM) e a UNESCO. Isto envolve fatores como o “comércio de mercadorias tecnológicas, dos ‘kits modernidade’, dos laboratórios de informática, dos computadores, de *softwares* educativos, de materiais de treinamento, e de uma miríade de produtos.” (EVANGELISTA, 2015, p. 13). O uso de TIC no processo de ensino-aprendizagem possibilita a substituição do sujeito docente na maior parte do tempo o contato dos alunos com professores resume-se aos encontros por tele-aulas e excepcionalmente de modo presencial. Nos outros momentos, os alunos são apoiados por tutores *online*, sem a garantia de que estes possuam formação necessária. Evangelista (2015, p.13) coloca em cheque essa condição da EaD, somando elementos negativos oriundos desse tipo de políticas de formação:

Mas se considerarmos a figura do tutor presencial – e agora também do tutor à distância – e o somarmos a outros elementos – precarização do trabalho, pagamento irrisório, formação rarefeita – concluiremos [...] que se “atinge um imenso contingente de professores”, submetendo-os

a uma formação que, sob a bandeira da democratização do conhecimento, pretende retirar-lhes a capacidade de pensamento, transformando graduandos e tutores em vítimas da EaD.

A Unopar destaca-se na Kroton pela elevada quantidade de matrículas, principalmente na modalidade EaD, sendo a primeira da categoria administrativa no país – privada com fins lucrativos. Os dados apresentam a forte atuação da IES nos cursos de formação docente e uma concentração de mais da metade das matrículas no curso de Licenciatura em Pedagogia. Tais dados serão analisados a seguir.

3.2.10 que revelam os dados da Unopar

Nesta seção analisamos uma parcela da maior empresa educacional financeirizada do mundo – a Kroton –, ou seja, a mantida Unopar²³. Examinamos o que esta empresa significa na formação docente hoje, particularmente no Estado de Santa Catarina, embora os números locais não sejam tão significativos em relação aos nacionais. Expomos dados sobre a quantidade de matrículas do ensino superior da Unopar, bem como, evidenciamos sua responsabilidade na Kroton em nível nacional na modalidade EaD. Os dados foram extraídos dos bancos do INEP, especificamente nos microdados do Censo do Ensino Superior no Brasil do ano de 2015 (BRASIL, 2015)²⁴.

Para uma visão geral de como se deu o fenômeno de financeirização no campo educacional, Oliveira (2017, p. 33) explica que,

Inicialmente, como parte de sua carteira de investimentos, alguns fundos realizavam poucas inversões em empresas educacionais; com os bons resultados alcançados, organizaram-se fundos para investimentos exclusivos no segmento, passando dos que investiam em qualquer área que apresentasse potencial de retorno para outros que indicavam que investiriam apenas em educação.

A partir desses investimentos diretos, instituições de ensino foram transformadas em sociedades anônimas e daí sua entrada no mercado de ações. Com a internacionalização da educação as ações puderam ser comercializadas (OLIVEIRA, 2017) e a Kroton vendeu suas ações para o mundo inteiro e, por consequência, pode ser

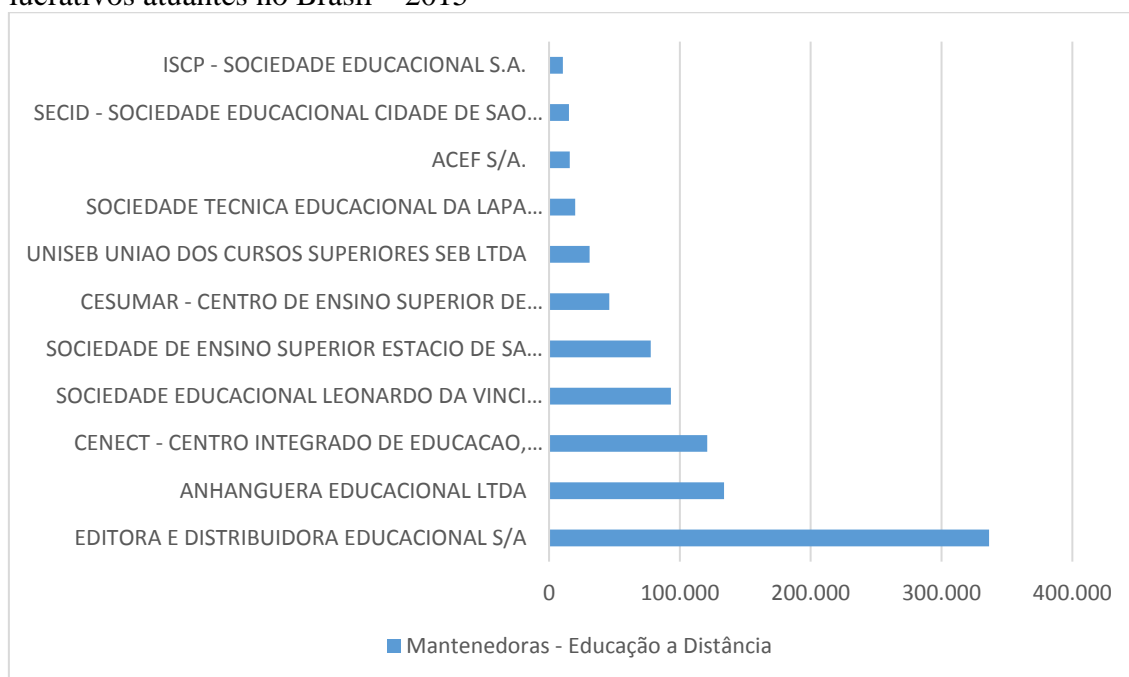
²³A Unopar, mantenedora da Kroton, aparece com nome jurídico de Editora e Distribuidora Educacional S/A.

²⁴ Para além dos dados apresentados nesta seção, outros gráficos sobre o Ensino Superior da Unopar estão disponíveis no Apêndice B.

comprada por investidores de qualquer país interessado. Nesse sentido, falar de Educação Superior hoje é falar de um nicho de mercado internacional.

Para demonstrar o peso da Unopar, apresentamos no Gráfico 1 a quantidade de alunos matriculados na modalidade de ensino a distância, apenas das mantenedoras da categoria administrativa com fins lucrativos que possuem acima de 1% do total de matriculados²⁵ no Brasil. As mantenedoras desta categoria somam 47, mas somente estão 11 listadas no Gráfico; elas detêm 91,9% do total de matriculados, o restante está dividido entre as outras 36 mantenedoras, totalizando 964.209 mil matrículas. A primeira – Editora e Distribuidora Educacional S.A, que corresponde à Unopar – detém 34,9% das matrículas e a segunda, com 13,9%, é a Anhanguera, ambas mantidas pela Kroton Educacional²⁶. É evidente a grandeza da Kroton na atualidade, pois apenas estas duas detêm 48,8% do total de matrículas EaD no país. Extraímos apenas a quantidade de alunos matriculados na modalidade de ensino a distância por entendermos o que esta modalidade significa na expansão do Ensino Superior.

Gráfico 1 – Quantidade de alunos matriculados em cursos de ensino superior, na modalidade de ensino a distância, por mantenedoras da categoria administrativa com fins lucrativos atuantes no Brasil – 2015



Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Nacional de Educação Ensino Superior de 2015.

²⁵ Dados completos sobre as mantenedoras com matrículas acima de 1% estão disponíveis na Tabela 1 do apêndice A.

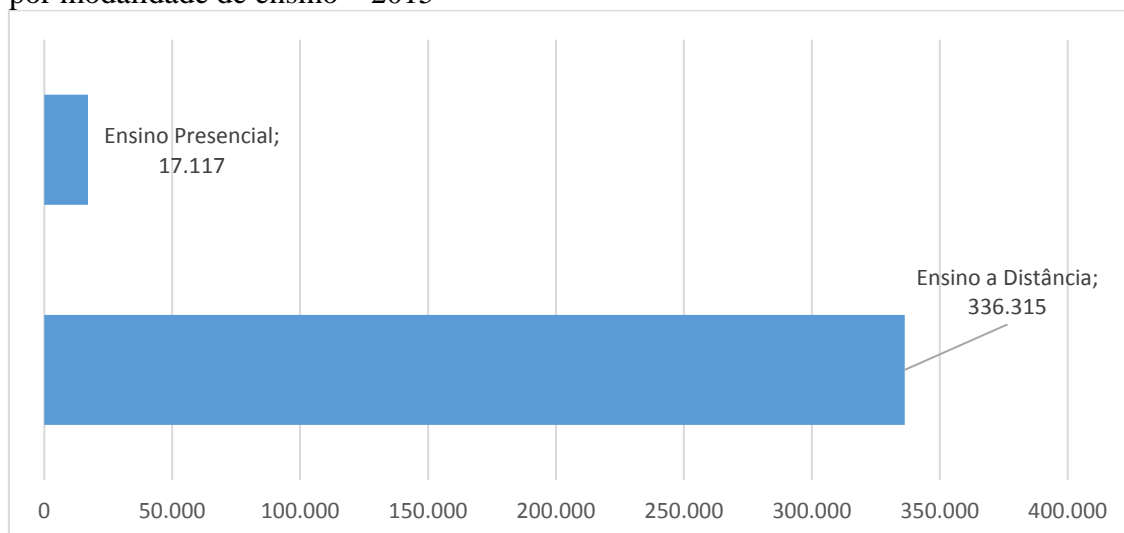
²⁶ A Unopar foi adquirida pela Kroton em 2011 e a Anhanguera em 2014.

Ghirardi e Klafke (2017, p. 67) trazem as condições colocadas para a expansão dos grupos educacionais:

Um fator decisivo para a expansão dos grupos, tanto em quantidade quanto em abrangência territorial, é a adoção do ensino a distância. A quantidade de alunos matriculados nessa modalidade nos grupos de capital aberto saltou de 87.915 em 2010 para 666.146 em 2014, um crescimento de 657,7%. Em comparação, no ensino superior como um todo, o número passou de 930.179 para 1.134.842, um incremento de 44,3%. Como resultado, a participação desses grupos na quantidade de matriculados no ensino a distância passou de 9,5% em 2010 para 49,6% em 2014.

No caso da Kroton, ela passou de 79 para 553.970 mil alunos matriculados nesse ano. Analisando os dados da Unopar dos dados do Censo do Ensino Superior de 2015, ela teve no mesmo ano 353.432 matrículas, nos seus mais de 80 cursos de Ensino Superior²⁷ que envolvem licenciaturas, bacharelados, tecnólogos. No Gráfico 2 apresentamos a quantidade total de alunos matriculados distribuídos nas duas modalidades de ensino, sendo que a presencial corresponde a 5% do total e a distância 95%. Essa distribuição pressupõe que o foco da instituição está na formação em EaD.

Gráfico 2 – Quantidade de alunos matriculados em cursos de ensino superior da Unopar, por modalidade de ensino – 2015



Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Nacional de Educação Ensino Superior de 2015.

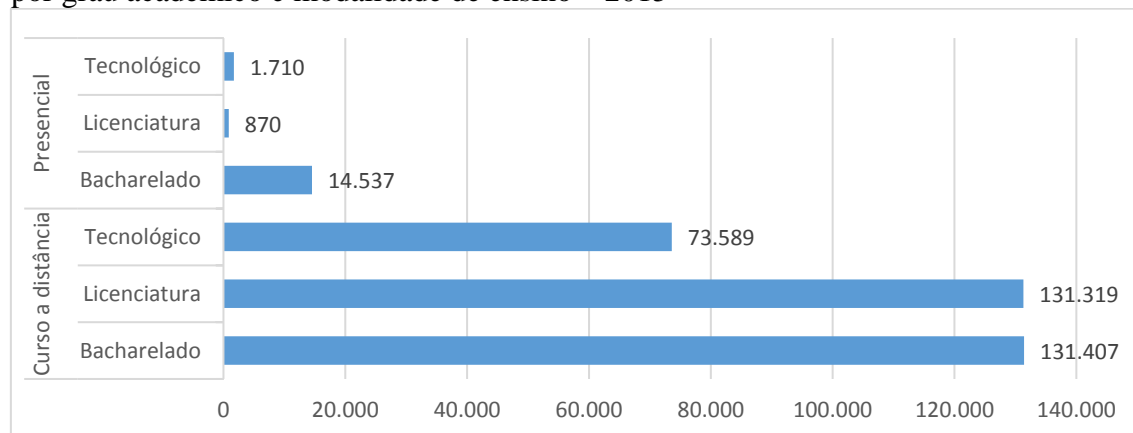
No ensino presencial, as matrículas da Unopar concentram-se nos cursos de bacharelado, sendo que os que concentram maior quantidade de matrículas são,

²⁷ Segundo o site do E-Mec: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 6 jun. 2017.

respectivamente, os cursos de Direito, Educação Física (bacharelado), Administração e Agronomia. No mesmo ano e modalidade de ensino, as matrículas nos Cursos de licenciaturas foram de apenas 870, correspondendo a 5% do total no ensino presencial. Dessas matrículas, 386 (44%) estavam vinculadas ao curso de Pedagogia, os 55% restantes dividiam-se em curso de Educação Física e Química. Na modalidade de ensino a distância, a diferença é mínima entre bacharelado e licenciatura – menos de 100 matrículas – e o curso de pedagogia é responsável por 20,7% das matrículas.

Quando analisamos a formação de professores, o Gráfico 3 demonstra que o foco dos cursos de licenciatura na Unopar é na modalidade de ensino a distância. Esse grau acadêmico é responsável por 99% (131.319) dos matriculados na Instituição, enquanto na modalidade presencial tem apenas 870 matrículas. No ano de 2015, 1.467.181 matrículas eram em cursos de licenciatura e desse total 562.93 eram na modalidade de ensino à distância, sendo 23% ofertados pela Unopar (MANDELI, 2017, s.p.). Significa dizer que 131.319 mil professores estavam sendo formados pela modalidade de ensino EaD, analisando apenas uma instituição.

Gráfico 3 - Quantidade de alunos matriculados em cursos de ensino superior da Unopar, por grau acadêmico e modalidade de ensino – 2015



Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Nacional de Educação Ensino Superior de 2015.

Esse movimento da educação a distância, principalmente na formação inicial de professores e na esfera privada, é retratado a seguir por Leher (2001, p. 9), trazendo a posição do BM em relação à América Latina:

O Banco Mundial entende que na América Latina, por exemplo, não cabe a universidade com modelo europeu. Uma universidade que emprega muita gente, que tem um corpo permanente de professores e funcionários. Uma universidade que tem a docência, o momento de

interação entre professores, estudantes, como central na formação, a produção do conhecimento novo. Segundo o Banco Mundial, esta universidade não diz respeito ao desenvolvimento dos países periféricos. Daí o incentivo à diversificação das estratégias de oferta do ensino superior. Os institutos superiores de formação, os cursos sequenciais para a graduação precária em uma série de carreiras, a estratégia da EAD. Tudo interessa porque aligeirizam a formação. O banco está convencido de que a formação necessária e adequada aos países periféricos, como os da América Latina, é a mais rápida e voltada para o mercado.

Desse modo, “o movimento de diversificação e de diferenciação do ensino superior no país vincula-se, em larga medida, às orientações dos organismos internacionais que defendem a flexibilização dos processos formativos, de modo a atender a flexibilidade dos processos produtivos.” (MALANCHEN, 2007, p. 100). Na tentativa de democratizar o acesso à educação superior, acaba-se por massificar e precarizar a formação de modo que com a modalidade EaD ela atenda mais rapidamente – e com menos qualidade de pensamento – o setor produtivo.

A divisão das matrículas dos cursos de licenciatura, na modalidade de ensino EaD, evidencia uma concentração de 53% do total apenas no curso de licenciatura em pedagogia (71.980 matrículas). Os demais matriculados, 47%, estavam divididos em oito cursos: Artes Visuais, Ciências Biológicas, Educação Física, Geografia, História, Letras Português, Matemática e Sociologia (BRASIL, 2015). A mesma situação acontece nos cursos de licenciatura na modalidade de ensino presencial. Enquanto o curso de licenciatura em pedagogia possuía, no ano de 2015, 386 matriculados, as demais licenciaturas (Educação Física e Química) possuíam 484. É quase 50% das matrículas para apenas um curso. Não se compara com a quantidade de matrículas na modalidade EaD, porém aqui se apresenta o mesmo movimento de sobreposição às demais licenciaturas.

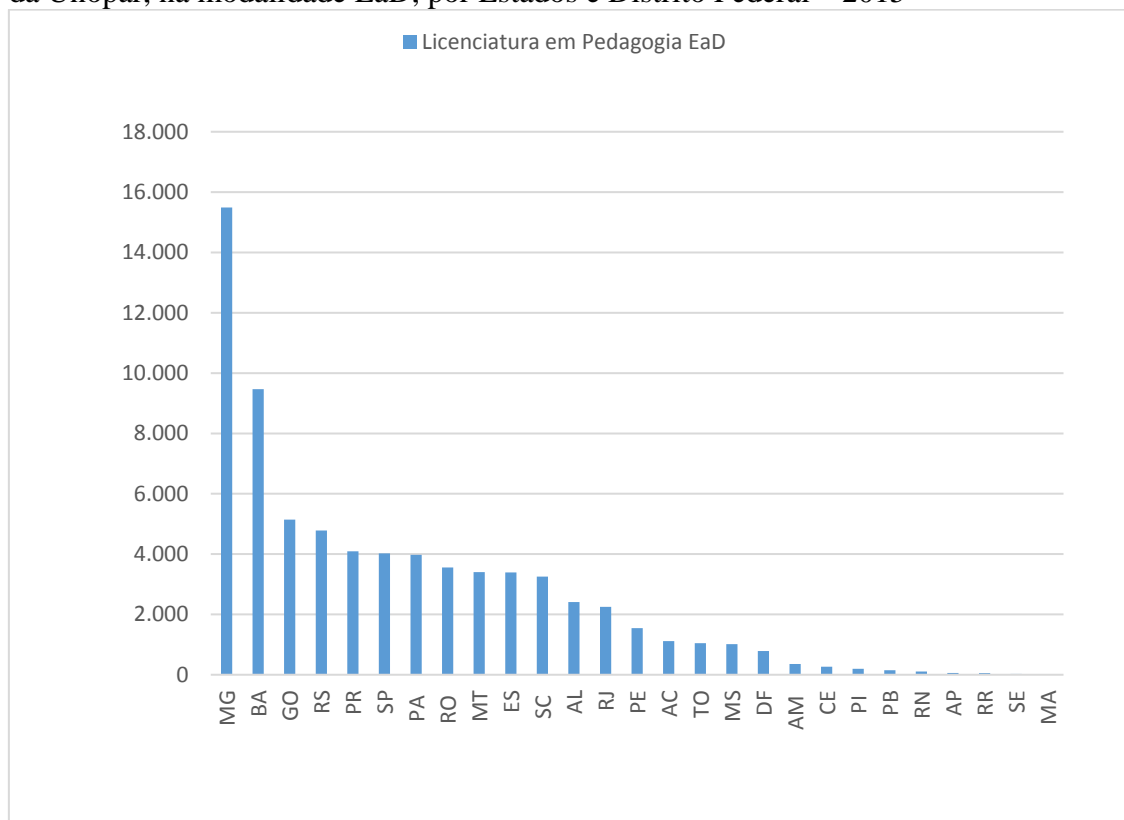
Ainda sobre cursos de formação docente, para além das graduações tradicionais nessa área, recentemente²⁸ a Unopar incluiu, entre seus cursos de licenciatura na modalidade EaD, o curso de Formação Pedagógica destinado a pessoas que possuem diploma de graduação e desejam ser professores. O curso consiste, segundo o *site* da Unopar, em formar professores para dar aulas em Artes Visuais, Educação Física, Ciências Biológicas, História, Sociologia, Letras (Língua Portuguesa), Letras (Inglês), Letras (Espanhol), Química, Matemática, Música e Física (UNOPAR, 2017). Este curso

²⁸ O curso em questão ainda não foi homologado pelo Ministério da Educação (UNOPAR, 2017).

chama atenção, pois abre margem para a substituição dos cursos de licenciatura em áreas específicas, como o próprio curso de Pedagogia.

As matrículas do curso de licenciatura em Pedagogia na Unopar se concentram na modalidade EaD, somando 99%. Na modalidade presencial, existem somente 386 matrículas distribuídas nas cidades de Arapongas e Londrina, ambas no estado do Paraná. A Unopar oferta o curso de Pedagogia na modalidade EaD em todos os estados do país (Gráfico 4), incluindo o Distrito Federal. Minas Gerais é o estado que detém o maior número de matrículas, com 22% (15.492); seguido por Bahia, com 13% (9.465). O Estado de Santa Catarina (SC) é o 11º na porcentagem e detém 5% das matrículas, ou seja 3.253. Na capital de SC, Florianópolis, há apenas 55 alunos matriculados neste curso (INEP, 2015). Acreditamos que isto se deve ao fato da presença de, pelo menos, quatro instituições de ensino superior públicas na região (Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade do Estado de Santa Catarina, Universidade de São José, Faculdade Municipal da Palhoça), bem como outras privadas que também ofertam o curso. Além dessas matrículas na grande Florianópolis, o restante é distribuído em diferentes cidades afastadas da capital: Araranguá, Caçador, Campos Novos, Chapecó, Concórdia, Fraiburgo, Itajaí, Joinville, Maravilha, Quilombo, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Carlos, São Lourenço do Oeste, Tubarão e Xaxim. O Gráfico 4 mostra a quantidade de alunos matriculados no Curso de Pedagogia, na modalidade EaD, por Estado da Federação, incluindo o Distrito Federal.

Gráfico 4 – Quantidade de alunos matriculados no curso de ensino superior de Pedagogia da Unopar, na modalidade EaD, por Estados e Distrito Federal – 2015



Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Nacional de Educação Ensino Superior de 2015.

Diante dos dados expostos, podemos concluir que a formação de professores, de modo geral, está acontecendo no âmbito da educação a distância e o que mais chama a atenção é o movimento do curso de Pedagogia nas duas modalidades com uma força bruta. Porém, não falamos apenas de formação de professores, mas dessa formação como nicho de mercado, pois “na medida em que a educação deixa de ser direito”, “passa a ser um serviço e, como tal, segue as regras do mercado no tocante à compra e venda de ‘mercadoria’” (MAUÉS, 2015, p. 3).

Em outras palavras, significa pensarmos a Educação Superior pelo setor particular como uma mercadoria altamente rentável e, por isso, tem enriquecido conglomerados educacionais, ainda mais se consideramos o apoio de organismos internacionais para a implementação de medidas necessárias “de forma mais objetiva e direta para o seu incremento.” (MAUÉS, 2015, p. 3)

Pensando em como é produzido o lucro de uma empresa do tamanho da Kroton, é importante destacarmos que quem produz o acúmulo de capital é o trabalhador –

principalmente os professores do ensino superior –, cuja extração de mais-valia é feita de tal forma que, muitas vezes, ele nem sabe que faz parte desse ciclo.

Em empresas como a Kroton/Unopar a “receita do bolo” vem pronta, a relação professor-aluno se distancia e, dentro desse distanciamento, os docentes são formados, na expressão de Mandeli (2014), numa *fábrica de professores*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Pedras são sonhos na mão
Voam na imensidão
Ideias que ganham vida e criam asas
Voam na imensidão
Meus sonhos, minha canção
Pedras e sonhos são nossas únicas armas
(Pedras e Sonhos – El Efecto, 2012)*

O percurso de pesquisa que desenvolvemos permitiu concluir que estamos frente a grandes processos econômico-sociais: primeiro, a formação de professores está sendo na modalidade de ensino a distância de maneira massiva, principalmente no curso de Licenciatura em Pedagogia e em instituições privadas; segundo, a tendência de oligopolização atingiu em cheio o setor educacional e com ela as megacorporações transformaram a formação docente em um negócio rentável por meio de sua forma bursátil.

É possível percebermos como os conglomerados educacionais brasileiros vêm se construindo na última década de maneira rápida e eficaz. A educação está sendo negociada no espaço do mercado de ações e, como consequência, a formação de professores está sendo vendida para empresas que queiram aumentar seu capital. O tema perpassa o que chamamos de direito à educação para o livre mercado e riqueza de grandes investidores.

Com os dados coletados nesta pesquisa e com o exame desenvolvido foi possível analisar a velocidade com que a educação superior particular foi massificada, especificamente após o ano de 2007, na modalidade à distância, expressando tanto o fenômeno da financeirização na educação, quanto a entrega deliberada pelo Estado da formação docente à iniciativa privada, com fins lucrativos.

A literatura coligida entre 2000 e 2011 acerca do processo de financeirização mostra como o setor privado recebeu abertura legal e financiamento, por meio do sistema de bolsas, importante por parte do Estado brasileiro para investir nesse campo que representa um dos mais lucrativos. Nesta perspectiva, esmiuçamos o que é o processo de “mercantilização de novo tipo” da educação (LEHER, 2013b, p. 5), como passa a ser um interesse do grande capital, tornando-se negociável e exportável. Durante o período houve aumento considerável na formação de professores à distância em instituições privadas.

Somente no ano de 2015, a mantida estudada – Unopar – foi responsável por 34,9% das matrículas do curso de Pedagogia em EaD no Brasil, de um total de 964.209.

Compreender esse movimento no setor educacional é também compreender o quão significativo ele se torna quando tratamos especificamente da formação de professores no Brasil. Embora tenhamos apresentado os dados de apenas uma mantida do conglomerado Kroton, a Unopar é a maior instituição presente na modalidade EaD e suas matrículas se concentram fortemente o curso de Pedagogia.

Acreditamos ser importante aprofundar estudos em torno deste tema, pois desvendar os processos econômicos que atingem diretamente a educação e os desdobramentos que acarretam para a formação inicial de professores é fundamental para entendermos o que ocorre no interior da escola. O professor, como intelectual que pode atuar no processo de produção de consciência da classe trabalhadora, precisa compreender em que condições históricas sua formação ocorre. Segundo Triches (2016, p. 44), “No caso das políticas educacionais, o que está em jogo é o projeto educativo de formação básica da classe trabalhadora”.

As licenciaturas foram transformadas em mercadoria altamente lucrativa e negociável. O processo de financeirização proporciona que grandes empresas enriqueçam às custas de formação docente, essa que chamamos de negócio e está no título desse trabalho. É necessário pensarmos que o público que procura instituições privadas e utiliza do serviço de educação à distância são os sujeitos da classe trabalhadora. Aqui está sendo formado um contingente enorme de professores que no futuro talvez façam parte das redes educacionais. Há uma formação de consciência em disputa. A Kroton possui um leque de mantidas possíveis de alcançar diversos tipos de público, desde as IES com preços mais acessíveis às com preços altos, fortalecendo ainda mais esse conglomerado.

Desvendar e compreender o processo que envolve a financeirização e a educação, mais especificamente no ensino superior, foi a intenção maior do nosso trabalho, uma preocupação que nasceu com a estudante e permanece com a futura professora da Educação Básica, que se coloca junto à classe trabalhadora na luta constante por uma educação emancipadora do ser humano e uma formação docente que não seja mera mercadoria.

Diante dessa sociedade marcada pela disputa de interesses inconciliáveis entre capitalistas e trabalhadores, a luta contra essas formas privadas de educação se faz necessária e constante. Por isso, o compromisso com a escola pública, gratuita, de

qualidade e referenciada nos interesses da classe trabalhadora, uma escola para além do capital, está na ordem do dia.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. A privatização dos processos pedagógicos: grupos editoriais e os negócios na educação básica. In: MARINGONI, G. *O negócio da educação: a aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. São Paulo, SP: Olho D'água, 2017.

AMITRANO, Claudio Roberto. *Regime de crescimento, restrição externa e financeirização: uma proposta de conciliação*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 2 (48), p. 285-316, ago. 2013.

BURGARELLI, Rodrigo. Explosão e implosão do Fies: Como o ensino superior privado virou o centro dos gastos com educação do governo federal. In: MARINGONI, G. *O negócio da educação: a aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. São Paulo, SP: Olho D'água, 2017.

EVANGELISTA, O. Prefácio. In: MALANCHEN, J. *Políticas de formação de professores a distância no Brasil: uma análise crítica*. Campinas, SP: AA, 2015.

FEPESP. Apresentação. In: MARINGONI, G. *O negócio da educação: a aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. São Paulo, SP: Olho D'água, 2017.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer; PAULANI, Leda Maria. *Regulação social e acumulação por espoliação – reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 20, n. 2 (42), p. 243-272, ago. 2011.

BRAGA, José Carlos de Souza. Dominância financeira na dinâmica do capitalismo. In: *Temporalidade da Riqueza – Teoria da Dinâmica e Financeirização do Capitalismo*. 1. ed. Campinas - SP: Editora do Instituto de Economia da UNICAMP, 2000. 345p.

BRASIL. INEP. *Censo do Ensino Superior (microdados)*, 2015. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 29 mai 2017.

BRASIL. SISFIES. O que é o FIES. 2016a.. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>. Acesso em: 25 ago. 2016.

BRASIL. O que é o PROUNI. 2016b. Disponível em: <http://siteprouni.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 ago. 2016.

BITTAR, Mariluce; RUAS, Claudia Mara Stapani. *Expansão da Educação Superior no Brasil e a formação dos oligopólios – hegemonia do privado mercantil*. EccoS – Rev. Cient. São Paulo, n. 29, p. 115-133, set./dez. 2012.

BOITO JÚNIOR, Armando. A burguesia no Governo Lula. In: *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. *O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.20, n.1, p.284-304, 1999.

COSTA, Fábio Luciano Oliveira da. *Financeirização do capital no ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil (2007-2012)*. 2016. 367 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

COSTA FILHO, S. A Hipótese da Instabilidade Financeira diante do Capitalismo Globalizado. *Texto Para discussão n. 1* - Universidade Federal do Piauí, Curso de Ciências Econômicas – CCHL, Teresina, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2002.

CORAZZA, G. Globalização Financeira: a utopia do mercado e a re-invenção da política. *Economia - Ensaio*, UFU - Uberlândia, v. 19, n.02, p. 125-140, 2005.

EL EFECTO. Pedras e sonhos. CD *Pedras e sonhos*. Rio de Janeiro, RJ, MK Estúdio, 2012

EL EFECTO. O encontro do Lampião com Eike Batista. CD *Pedras e sonhos*. Rio de Janeiro, RJ, MK Estúdio, 2012

FONTES, Virgínia. O Imperialismo: de Lenin aos dias atuais. In: *Democracia e Revolução no pensamento de Marx e Engels*. Outubro n. 17. 1º Semestre p. 69-107, 2008.

FONTES, Virgínia. As contradições da dependência sob o capital-imperialismo. *Seminário Internacional Socialismo del Buen Vivir em América*. 2013.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e História. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GASPAR, Ronaldo Fabiano; FERNANDES, Tânia Costa. *Oligopolização e precarização do trabalho docente no ensino superior privado brasileiro: causas, conexões e consequências*. *Revista Espaço Acadêmico* - Nº 168 - Maio/2015 - Mensal. p. 945-966, Ano XIV.

GHIRARDI, José Garcez; KLAFKE, Guilherme Forma. Crescimento dos grupos educacionais de capital aberto (2010-2014). In: MARINGONI, G. *O negócio da educação: a aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. São Paulo, SP: Olho D'água, 2017.

GRANEMANN, Sara. *Políticas Sociais e Financeirização dos Direitos do Trabalho*. *Revista em Pauta*. Número 20 – p. 57-68, 2007.

HOSTIN, Adércia B. *Financeirização da educação no Brasil: a transformação da educação em mercadoria*. II CONAE 2014: Qualitá Inteligência de Mercado. 23 slides.

LEHER, R. *Controle da educação superior privada pelos fundos de investimentos: uma mercantilização de novo tipo*. Relatório parcial de pesquisa 2012-2013. Rio de Janeiro. UFRJ, 2013. (mimeo)

LEHER, R. Estrategias de mercantilización de la educación y tiempos desiguales de los tratados de libre comercio: el caso de Brasil in Pablo Gentili et all *Políticas de privatización, espacio público y educación en América Latina*. Buenos Aires: Homo Sapiens Ediciones, 2009.

LIRA, Francisco Roberto Fuentes Tavares de. *Efeitos da "financeirização" sobre a economia brasileira*. Vitrine da Conjuntura, Curitiba, v.1, n.9, dezembro 2008.

MANDELI, Aline de Souza. *EadE UAB: a consolidação da fábrica de professores em nível superior*. 2014. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MALANCHEN, Julia. *As políticas de formação inicial a distância de professores no Brasil: democratização ou mistificação?* 2007. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MALVESSI, Oscar. *Análise econômico-financeira de empresas de empresas do setor da educação*. In: MARINGONI, G. *O negócio da educação: a aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. São Paulo, SP: Olho D'água, 2017.

MARQUES, M. S.; MOREIRA, C. A. L.; OLIVEIRA, A. A Crise estrutural do sistema do capital, dominação sem sujeito e financeirização da economia. In: SOUSA, Antônia Abreu; NETO, Enéas de Araújo Arrais; FELIZARDO, Jean Mari; CARDOZO, Maria José Pires; BEZERRA, Tânia Serra Azul Machado. (Org.). *Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores*. 1ed. Fortaleza: Editora SENAC Ceará e Edições UFC, 2008, v. 1, p. 11-201.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. *A expansão e a internacionalização da educação superior*. *Anais da Reunião Nacional da ANPEd*, 37. Florianópolis, 2015.

NAPOLITANO, Celso. Os tortuosos caminhos de uma mina de dinheiro. In: MARINGONI, G. *O negócio da educação: a aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. São Paulo, SP: Olho D'água, 2017.

OLIVEIRA, Romualdo P. A financeirização da economia e suas consequências para a educação superior no Brasil. In: MARINGONI, G. *O negócio da educação: a aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco*. São Paulo, SP: Olho D'água, 2017.

PRADO, Eleutério F. S. *Uma nova fase do capitalismo ou um novo modo de produção capitalista?* Revista Outubro, N. 13, p. 47-57, 2005.

ROCHA JÚNIOR, Fernando Leitão. *A educação brasileira na fase do capitalismo de cariz neoliberal e financeirizado. Prima Facie*, João Pessoa, v. 12, n. 22, ano 12, jan-jun, 2013, p. 1-42.

ROMA, Cristiane da Costa Lopes. *Financeirização da política educacional em tempos de neoliberalismo*. Anais da Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2013.

SANTOS, A. V. dos; GUIMARÃES-IOSIF, R. *Fusões institucionais na educação superior: intensificação e precarização do trabalho docente*. *Presença Pedagógica*, v. 19, p. 79-80, 2013.

SEBIM, Charlini Contarato. *O trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da Kroton no espírito santo – UFES*. Anais da Reunião Nacional da ANPEd, 37. Florianópolis, 2015.

SEKI, Allan Kenji. *O Capital e as universidades federais no governo Lula: o que querem os industriais?* 2014. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SEKI, A. K.; COSTA, H. B.; MELGAREJO, M. M.; EVANGELISTA, O. O acordo da Prefeitura Municipal de Florianópolis com o Banco Interamericano de Desenvolvimento: uma abordagem preliminar. In: Evangelista, O; Pereira, E. (Org.). *NÓS DA REDE: a Educação Básica municipal na voz de seus professores*. 1ed. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2016, v. 1, p. 207-245.

SILVA, Claudemir Osmar da. *Programa REUNI: ampliação do acesso ao Ensino Superior*. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SGUISSARDI, Valdemar. *Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária*. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

TABALIPA, Adalberto Teodósio. *A “crise” das instituições de ensino superior comunitárias da associação catarinense de fundações educacionais (ACAFE)*. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

TRICHES, Jocemara. *A internalização da agenda do capital em cursos de pedagogia de universidades federais (2006-2015)*. 2016. 400 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

**APÊNDICE A – Dados quantitativos sobre instituições de ensino superior no
Brasil, com fins lucrativos**

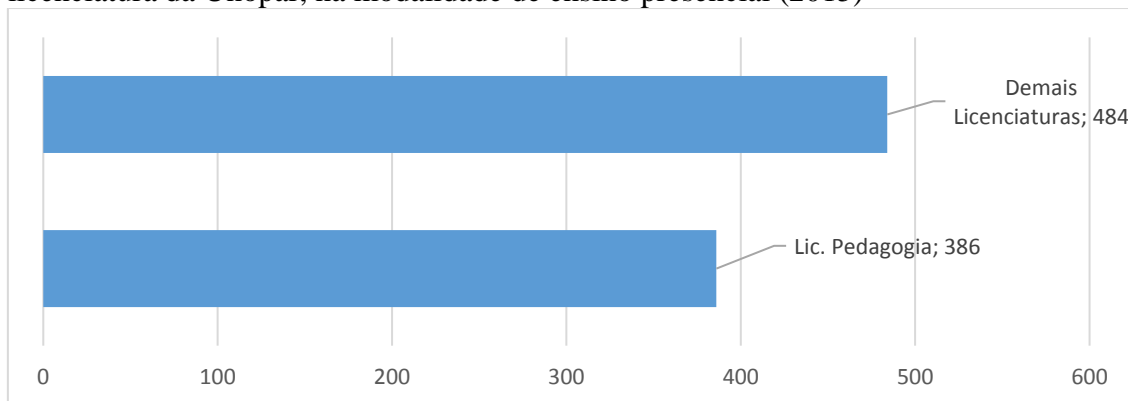
Tabela 1– Porcentagem correspondente de matriculados em cursos no Ensino Superior, na modalidade de ensino a distância, de mantenedoras da categoria administrativa privada, com fins lucrativos, que contém pelo menos 1% do total das matrículas neste nível de ensino no Brasil.

Editora e Distribuidora. Educacional S/A	34,9%
Anhanguera educacional LTDA	13,9%
CENECT - Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia LTDA	12,5%
Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S LTDA	9,7%
Sociedade de Ensino Superior Estácio De Sá LTDA	8,1%
CESUMAR – Centro de Ensino Superior de Maringá LTDA	4,8%
UNISEB União dos Cursos Superiores SEB LTDA	3,2%
Sociedade Técnica Educacional da Lapa Sociedade Simples LTDA	2,1%
ACEF S/A	1,6%
SECID – Sociedade Educacional Cidade de São Paulo LTDA	1,6%
ISCP – Sociedade Educacional S.A.	1,1%

Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Nacional de Educação Ensino Superior de 2015.

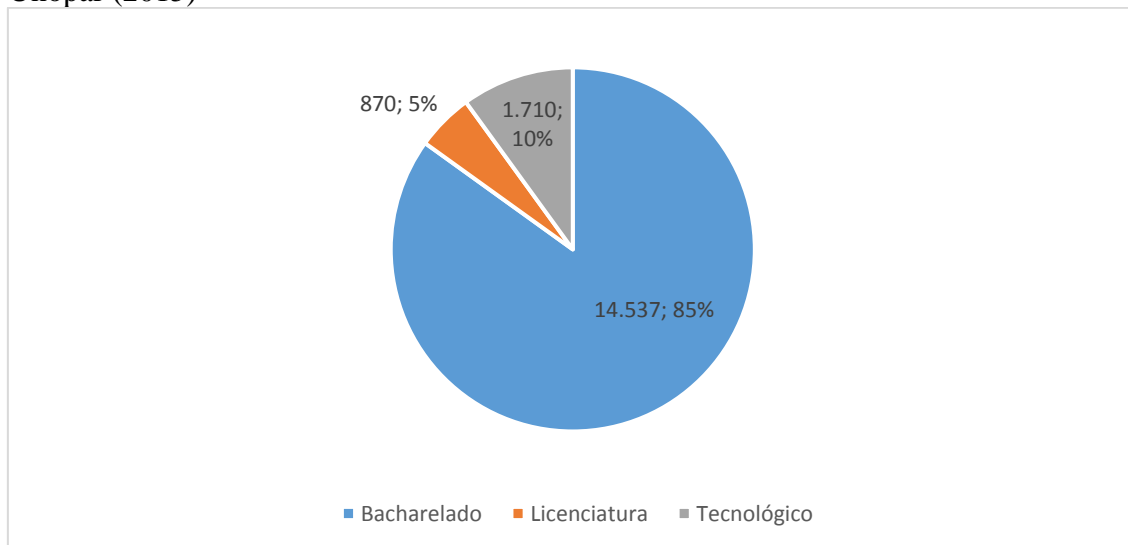
APÊNDICE B – Dados quantitativos sobre o Ensino Superior da Unopar, 2015

Gráfico 5 – Quantidade de alunos matriculados em cursos de ensino superior de licenciatura da Unopar, na modalidade de ensino presencial (2015)



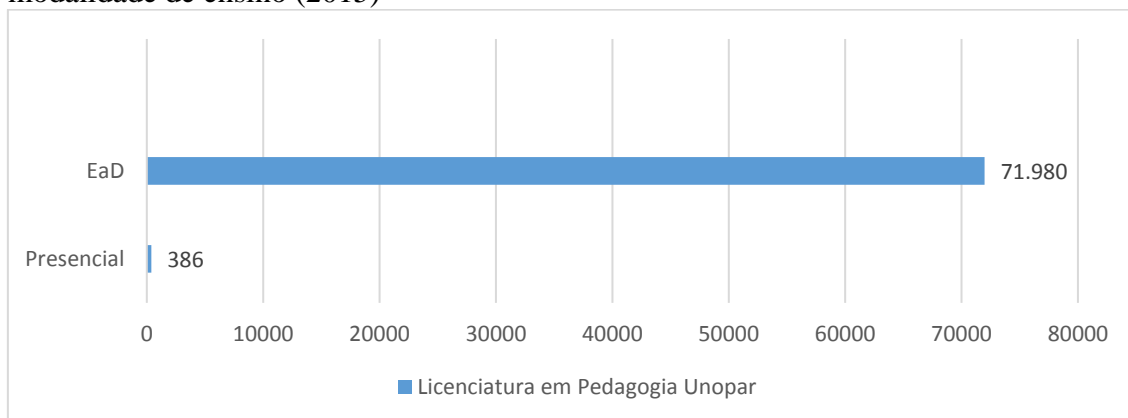
Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Nacional de Educação Ensino Superior de 2015.

Gráfico 6 – Quantidade de alunos matriculados no ensino superior por grau acadêmico da Unopar (2015)



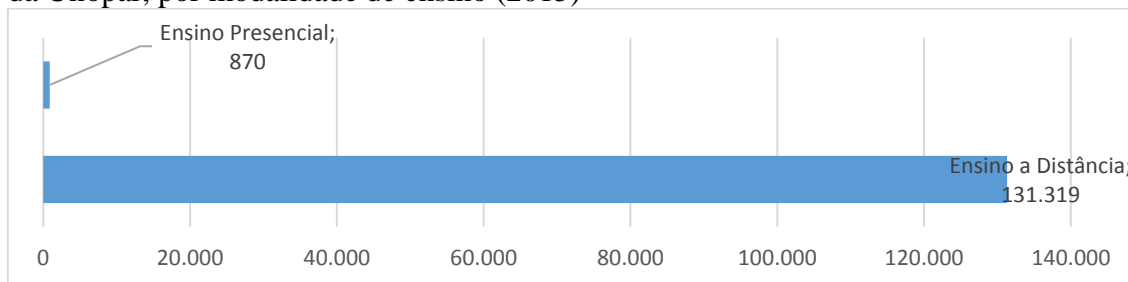
Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Nacional de Educação Ensino Superior de 2015

Gráfico 7 – Quantidade de alunos matriculados em cursos Pedagogia da Unopar, por modalidade de ensino (2015)



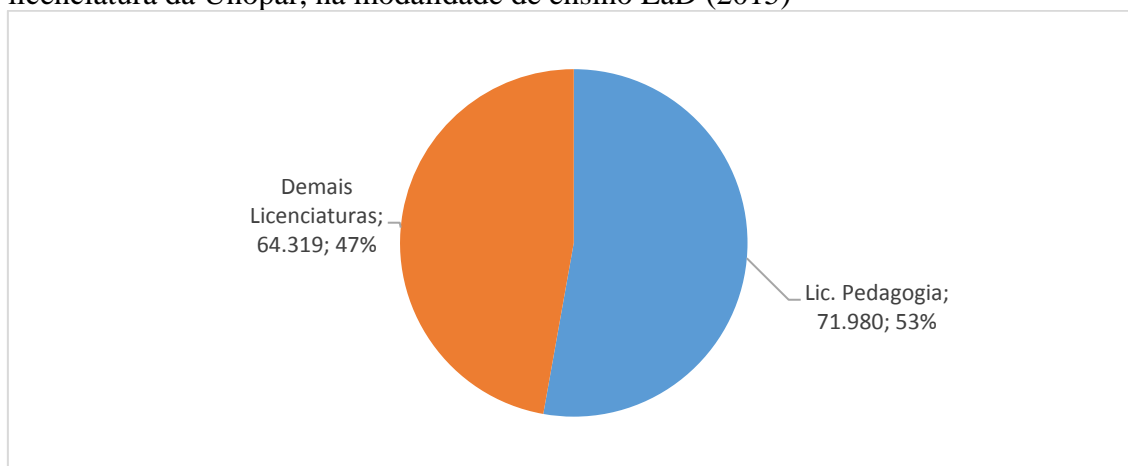
Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Nacional de Educação Ensino Superior de 2015.

Gráfico 8 – Quantidade de alunos matriculados em cursos de ensino superior licenciatura da Unopar, por modalidade de ensino (2015)



Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Nacional de Educação Ensino Superior de 2015.

Gráfico 9 – Quantidade de alunos matriculados em cursos de ensino superior de licenciatura da Unopar, na modalidade de ensino EaD (2015)



Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Nacional de Educação Ensino Superior de 2015.